TRANSPARÊNCIA

PUBLICAÇÃO DO IBRACON - INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

ANO 8 Nº 29 R\$ 25,00

SOB NOVA DIREÇÃO

"A excelência será nossa meta", afirma Francisco Sant'Anna, novo presidente do Ibracon

REFORMAS

As mudanças trazidas pela nova legislação trabalhista e as perspectivas das reformas tributária e da Previdência

COMPLIANCE

O papel do Auditor Independente na defesa das melhores práticas em empresas privadas e órgãos públicos

TECNOLOGIA

A vida organizada em torno das imagens: conheça o conceito de Iconomia, essencial à compreensão do mundo atual

Aproveitar a retomada econômica?

Grandes transformações exigem compromisso, do início ao fim, com as pessoas e o resultado. Sua jornada de mudança demanda respostas completas e precisas. Conte com quem faz o que realmente importa.

deloitte.com.br

Visite também: mundocorporativo.deloitte



Straight to the point.

Deloitte.



Tempo de desafios

sta é a primeira vez que me dirijo a você, leitor da Revista Transparência, por meio deste editorial. E, de agora em diante, vamos nos encontrar sempre, ao longo de pelo menos doze edições: afinal, até 2020, presidirei o Ibracon.

Na matéria de capa desta edição, falamos um pouco sobre os planos dessa nova gestão. Em um cenário marcado por crescentes exigências de governança e *compliance*, de expansão das tecnologias disruptivas, de ressignificação da própria atividade do auditor, teremos muito a fazer. Mas estamos confiantes, pois contamos com a força da nossa instituição e do excelente time que temos conosco.

E, por falar em fazer, como vão as reformas que o Brasil planeja e adia há tanto tempo? Uma delas, a trabalhista, já é uma realidade. Mas será que ela atendeu plenamente às necessidades de uma economia moderna, que precisa ser ágil e competir globalmente? E a reforma tributária, que tanto impacta o empreeendedorismo e as finanças de municípios, Estados e da própria União? E a reforma da Previdência Social, alvo de inúmeros debates e, até agora, sem data para entrar em pauta?

Para nos explicar melhor essas questões e nos dar um panorama do que o País realmente precisa, ouvimos especialistas das três áreas. Suas explicações, verdadeiras "aulas" sobre a necessidade de se repensar certos modelos e sistemas, estão reunidas na matéria que começa na página 10.

Também demos especial destaque ao tema de *compliance*: cinco especialistas nos trazem suas visões e abordagens acerca da maneira como o auditor, seja ele interno ou independente, e os consultores em *compliance*, são peças fundamentais para que as melhores práticas sejam implantadas em empresas privadas e órgãos públicos.

Apresentamos a 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que o Ibracon realizará nos dias 11 e 12 de junho em São Paulo. A conferência debaterá, entre outros, temas como o impacto dos riscos cibernéticos no mundo corporativo; IPSAS, auditoria financeira e transparência; atualidades das IFRS; relacionamento da Auditoria com a governança da entidade e aplicação de novas tecnologias na auditoria independente.

Faça uma boa leitura, e até o próximo número!

Francisco Sant'Anna PRESIDENTE DO IBRACON



Nesta edição



Entrevista

Mercado financeiro ao alcance de todos

Raymundo Magliano Filho revela como colocou seus conhecimentos de Filosofia a serviço da popularização do mercado de ações

6



Reformas: afinal, elas vão acontecer?

Especialistas discutem os rumos das reformas tributária e previdenciária, e explicam as mudanças trazidas pela nova legislação trabalhista



10

Viviene Bauer

Energia e motivação marcam a trajetória da executiva, nova technical advisor do IAASB e diretora de Administração e Finanças da 5ª Seção Regional do Ibracon



16

Compliance

Especialistas explicam como a

Auditoria – independente ou interna –
e a obediência às normas de
compliance são fundamentais para
minimizar os riscos de fraude.



20

8^a Conferência

O futuro da profissão e as tecnologias disruptivas estão na pauta do evento do Ibracon, que ocorre na primeira quinzena de Junho



28

Fronteiras da Iconomia

O professor Gilson Schwartz, da USP, discute qual será o nosso futuro em termos de relações humanas, de interação profissional e de gestão financeira



38

CFC e CRCs

Novas diretorias do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) para o período 2018/2019 tomam posse priorizando novas tecnologias, qualidade, modernização e proteção aos profissionais



42



*O mercado financeiro ao alcance de todos**

Apaixonado por filosofia,
Raymundo Magliano Filho aplicou
os preceitos do italiano Norberto
Bobbio sobre transparência à
gestão da Bovespa e orgulhase por ter levado conhecimento
sobre o mercado de ações a
milhares de cidadãos

plicar a filosofia – mais especificamente, os ensinamentos do italiano Norberto Bobbio (1909-2004) – ao universo do mercado financeiro. Este foi o desafio abraçado pelo paulistano Raymundo Magliano Filho, economista e administrador de empresas por formação e pensador por vocação, durante seu mandato como presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), de 2002 a 2008.

"Sempre acreditei que a abertura de capitais é o caminho mais salutar e natural para as empresas captarem os recursos necessários ao seu crescimento", ele explica. "Mas, para isso, é preciso expandir também a base de investidores. Ou seja, fazer com que o cidadão comum entenda como funciona uma aplicação; a compra de ações", ele esclarece.

Nesta entrevista, Magliano fala dessa experiência à frente da Bovespa – inovadora em termos de governança – e traça conjecturas sobre o atual momento do Brasil e do mundo.

RT – Como o sr. analisa a evolução do mercado de capitais em nosso país ao longo dos seus quase 60 anos de atuação?

Raymundo - Comecei a trabalhar na área aos 16 anos de idade, numa época em que o corretor era nomeado pelo Governo do Estado e atuava como pessoa física. Meu pai, também corretor, emancipou-me e fez de mim seu preposto. Em 1965, foi sancionada a Lei 4.728, segundo a qual os mercados financeiros e de capitais passaram a ser disciplinados pelo

Conselho Monetário Nacional e fiscalizados pelo Banco Central. Houve então uma grande transformação: desapareceu essa figura do "corretor pessoa física" e, em seu lugar, surgiram empresas que tiveram de dar maior atenção a questões de governança corporativa, obediência a normas e processos, contabilidade dentro dos padrões etc.

RT – De que maneira o interesse pela filosofia influenciou sua atuação profissional?

RM - Apesar da minha formação como economista e administrador pela Fundação Getúlio Vargas, estudo filosofia há mais de 40 anos. Até hoje, eu tenho duas aulas de filosofia por semana. Esse conhecimento foi fundamental para que eu tivesse uma atuação fora dos parâmetros habituais na época em que presidi a Bolsa de Valores de São Paulo, no período de 2002 a 2008. Quando tomei



posse, a Bolsa era vista pela sociedade como algo elitista, "só para ricos". A população não sabia que poderia investir em ações e lucrar com isso no longo prazo. O desafio que abracei foi o de mudar essa realidade.

RT - E como isso foi feito?

RM - Sou um grande admirador da obra de Norberto Bobbio. A democracia é um tema de suma importância para esse filósofo, que preconizava três pilares fundamentais para ela: transparência, visibilidade e acesso. Desde o momento em que me tornei presidente da Bolsa, percebi a necessidade de colocar esses princípios em prática, mostrando que o mercado de ações é para todos – além de constituir-se em instrumento fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

RT - Mas, na prática, como isso aconteceu?

RM - A transparência foi a nossa prioridade, por meio de uma gestão mais próxima das pessoas. Já a visibilidade, segundo Bobbio, é a menor distância possível entre o governante e o governado. Eu estava consciente disso. Então, um dia, sentado em

SEMPRE ACREDITEI
QUE A ABERTURA DE
CAPITAIS É O CAMINHO
MAIS SALUTAR E
NATURAL PARA AS
EMPRESAS CAPTAREM
OS RECURSOS
NECESSÁRIOS AO
SEU CRESCIMENTO



minha sala, no 11º andar, tive um *insight*: percebi que uma grande distância estava colocada entre o mercado de capitais, representado por nós, e o restante do povo brasileiro. Criamos assim o Bovmóvel, espécie de carro promocional da Bovespa. Com ele, começamos a ir a clubes, universidades, e chegamos a percorrer 12 praias. Nessas jornadas, procurávamos desmitificar a Bolsa e

ensinar a operar, a comprar ações etc. Mostrávamos o conceito do investimento de longo prazo. Em uma das maiores empresas do País, constituímos quatro clubes de investimentos para os funcionários. Foi assim que colocamos em prática a questão da visibilidade.

O terceiro conceito fundamental – isto é, o acesso – foi um desafio muito grande porque a Bovespa era – e ainda é –, um ambiente predominantemente masculino. Vimos a necessidade de dar maior acesso às mulheres. Então, contratamos duas mulheres que fizeram um programa lindíssimo ao redor do Brasil, o "Mulheres em Ação", que nos permitiu levar o conhecimento sobre o mercado de capitais para brasileiras de todas as partes e camadas sociais do país. Esse trabalho chegou a ter sua importância reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Nós também queríamos trazer os trabalhadores para perto da Bovespa. Então, contatamos as centrais sindicais de maior porte e montamos uma espécie de sucursal da Bolsa em cada uma dessas entidades – não para operar, mas para ensinar aos trabalhadores o que é o mercado de capitais e como atuar nele.

Enfim, foi uma época em que a Bovespa alcançou uma visibilidade muito



Foto: acervo pessoal



grande. Tivemos uma expansão também nos clubes de investimento, muitos deles criados por mulheres. Diversas companhias se interessaram por fazer suas aberturas de capital.

RT – Como essa abertura, essa aproximação com a sociedade, favorece a oferta pública de ações das empresas?
RM – Uma base mais ampla de investidores é premissa para que as empresas sintam-se confiantes em abrir o capital. Quanto mais a sociedade for madura e educada financeiramente, melhor para as empresas, para a economia – enfim, para o País.

RT – Quais são as principais mudanças que o sr. observou nas últimas décadas na Bovespa e na atuação da CVM, sobretudo no que se refere ao compliance?

RM - Agora, as Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (CTVMs) e as Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) são obrigadas a cumprir uma série de exigências, que incluem auditoria interna e manutenção de uma diretoria de compliance, incumbida de garantir o cumprimento de normas regulamentares. Também recebem visitas frequentes de agentes fiscalizadores, tanto do Banco Central como da Comissão de Valores Mobiliários.

PRECISA DE UMA
SOCIEDADE CIVIL
MAIS FORTE, MELHOR
REPRESENTADA.
SOMENTE ASSIM
ESTAREMOS
APTOS A VIGIAR
NOSSOS DIREITOS
E CONSOLIDAR A
DEMOCRACIA

RT – Em sua opinião, qual é a importância da auditoria independente para a saúde econômica das empresas e do próprio País?

RM - A auditoria independente é fundamental. Nossa corretora tem 90 anos e sempre teve auditoria. Ressalto: a auditoria independente é uma instituição fundamental e deve ser respeitada.

RT – Como o sr. vê o Brasil de hoje, em termos políticos e econômicos? Quais são, em sua análise, as perspectivas no curto, médio e longo prazos para o nosso país?

RM - Quanto mais você vive, menos você sabe. Hoje, a vinda das novas tecnologias está transformando a civilização com uma rapidez que temos dificuldade de acompanhar. Outro dia

li um artigo do sociólogo italiano Domenico De Masi no qual ele conjectura que, em 2030, haverá no mundo apenas 60% do número de trabalhadores que temos hoje. Os avanços na tecnologia; nos recursos de inteligência artificial e de robotização de processos tirarão, sim, muitas atribuições do ser humano. Como saber se, amanhã, o trabalho de auditoria de uma empresa não poderá ser feito por uma máquina?

Tendo esse panorama global como fundo, é inevitável preocupar-se com o Brasil. Vivemos atualmente uma fase de descrédito com a democracia, com a representatividade - temos um Congresso que não nos representa de fato e a nossa sociedade civil é muito fraca. Nisso, somos opostos aos EUA. Lá, não importa qual seja o governo da vez, as instituições são fortes e representativas. Aqui, não; em parte, atribuo isso à nossa herança ibérica, que nos faz esperar sempre pelas "benesses do rei". É por isso que, retomando o raciocínio sobre como funciona o mercado financeiro, temos tantas empresas devendo para o BNDES. Por que elas abririam capital ou buscariam formas criativas de se capitalizar, se tinham como pegar empréstimos no banco estatal com taxas de juros de 5% ao ano? É o capitalismo de laço, dependente do governo.

Vejo que todas as reformas, sobretudo a tributária e a previdenciária, são necessárias, fundamentais. Elas precisam ser feitas, mas infelizmente não as vejo avançar na velocidade necessária.

Acredito no Brasil e no nosso poder de transformar a realidade, mas isso realmente requer que nos tornemos mais fortes e menos dependentes.

O Brasil precisa de uma sociedade civil mais forte, melhor representada. Somente assim estaremos aptos a vigiar nossos direitos e consolidar a democracia.



O País consolidou a reforma trabalhista, mas não conseguiu avançar nos campos da Previdência nem da reforma tributária. Especialistas consultados pela Revista Transparência falam das perspectivas neste cenário que, mesmo incompleto, permanece promissor

Brasil de 2018 apresenta uma projeção de inflação anual abaixo da meta, a menor taxa Selic de sua história e perspectivas sólidas, embora modestas, de crescimento econômico. É, portanto, um país com boas perspectivas de futuro, com potencial para despertar outra vez o apetite de investidores estrangeiros.

Mas esse mesmo Brasil tem muita "lição de casa" a fazer para realmente se firmar como uma economia madura. São providências urgentes, como reduzir a dívida pública; diminuir o ônus do empreendedor; simplificar o sistema tributário – e, de quebra, alinharse à tendência global de transparência, essencial para competir com países que estão muito à frente nesse quesito. Também é preciso modernizar a infraestrutura e manter o funcionamento de um Estado pautado por uma Carta que traz em seu cerne um forte viés de bem-estar social.

A Revista Transparência ouviu especialistas em Direito do Trabalho, Direito Previdenciário e Sistema Tributário. A ideia é mostrar um panorama das novidades já implementadas e das transformações em curso. Ter esse panorama mais claro é essencial para o Auditor Independente, sobretudo em um momento em que a profissão caminha para um protagonismo cada vez maior dentro das organizações e perante a opinião pública.

De tudo o que foi mencionado acima, o assunto no qual o Brasil mais caminhou no passado recente foi a reforma trabalhista. Para Marcos Lemos, especialista em Direito Empresarial do Trabalho pela Fundação Getúlio Vargas e sócio do escritório Benício Advogados, onde é responsável pela gestão da área trabalhista, o País foi desafiado a repensar o direito do trabalho e a quebrar diversos paradigmas: "Todo aquele protecionismo em favor do trabalhador, característica marcante da CLT, abriu espaço para uma legislação mais flexível, que passa a enxergar o empregador como uma peça importante no tabuleiro das relações de trabalho. Sim, parte das proteções foi mantida, mas é evidente que a reforma acabou por beneficiar mais fortemente a classe empresarial, tendo traduzido históricos anseios dos empreendedores", ele analisa. "Justamente por isso vem recebendo uma enxurrada de críticas, em especial de sindicatos, do Ministério Público do Trabalho e de associações de juízes trabalhistas", completa o advogado.

Lemos esclarece que as alterações atingiram quase uma centena de dispositivos da CLT, promovendo maior flexibilidade nos contratos de trabalho, ampliando o poder de negociação entre patrão, empregado e sindicatos e



Marcos Lemos

alterando dispositivos que regulam a tramitação dos processos trabalhistas. "Dentre todas estas mudanças, sem dúvida, eu apontaria a prevalência do negociado sobre o legislado como a espinha dorsal da nova legislação. Na prática, a reforma trouxe a possibilidade de trabalhadores, sindicatos e empregadores discutirem diretamente seus interesses e regularem suas condições de trabalho, limitando a possibilidade de a Justiça do Trabalho vir a anular estas negociações", ele resume.

O advogado também destaca as inovações no campo das contendas trabalhistas, que tendem a dificultar o ajuizamento indiscriminado de reclamações. "Agora, o trabalhador pode ser condenado a pagar honorários advocatícios caso a Justiça considere que ele moveu uma ação trabalhista injusta ou por má fé. Também poderá ser condenado ao pagamento dos honorários periciais caso seja vencido no pedido que justificou esta perícia, além de ser passível de multa na hipótese de não

comparecimento às audiências do processo", enumera o advogado.

"Outras mudanças importantes se relacionam com a instituição de novas modalidades de contratação, como é o caso do contrato intermitente de trabalho, no qual a prestação de serviços não é contínua. E também o teletrabalho, em que os serviços são realizados preponderantemente fora das dependências da empresa, com o uso de tecnologias de informação e de comunicação", exemplifica Lemos.

Quanto à perda de direitos dos trabalhadores, o advogado ressalta que essa tem sido a tendência global. "Foi assim na Alemanha, no início dos anos 2000; na Itália em 2015 e mais recentemente na França, em 2017. Obviamente, esse risco tem sido mitigado pela necessidade de participação dos sindicatos na negociação destes direitos, característica também presente na reforma trabalhista brasileira", pontua o especialista.

Lemos enfatiza que a reforma trabalhista autorizou, de forma ampla, a prática da terceirização, conceituando--a como "a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que tenha capacidade econômica compatível com a sua execução". Ele salienta, porém, que a legislação não autorizou que se faça uso da terceirização como instrumento de intermediação de mão de obra, circunstância admitida apenas para as hipóteses de trabalho temporário. "Na verdadeira terceirização, a empresa tomadora contrata um serviço especializado da empresa prestadora, ficando a cargo desta a organização e execução das atividades contratadas.

A empresa contratada não pode simplesmente ceder seus funcionários para que estes fiquem subordinados à empresa tomadora destes serviços", alerta o advogado. "Ter isso claro é essencial para que não se burlem as boas práticas de *compliance*", ele destaca.

Segundo Lemos, mesmo após a reforma trabalhista, a legislação brasileira mantém a possibilidade de responsabilização do contratante ao reconhecimento do vínculo de emprego com os trabalhadores terceirizados. E, também, de sua responsabilização solidária ou subsidiária por eventuais faltas da empresa contratada para com seus empregados. "É dever do contratante escolher empresas que adotem boas práticas trabalhistas e obedeçam à legislação vigente. Além disso, sugerimos que o contratante opte por empresas efetivamente especializadas no serviço a ser terceirizado, evitando o que chamamos de empresas multiprofissionais que operam de forma indiscriminada com toda sorte de serviços, sem foco específico", ele comenta. "Também é importante dar preferência a empresas com autonomia financeira e capital razoável, de forma a demonstrar sua capacidade de fazer frente a eventuais condenações trabalhistas que ambos, contratante e empresa terceirizada, venham a sofrer", avisa Lemos.

E A PREVIDÊNCIA?

Se o pleito empresarial por uma legislação trabalhista mais flexível foi parcialmente atendido pelo governo e pelo Poder Legislativo, o mesmo não se pode dizer da reforma da Previdência. Objeto de negociações políticas e de campanhas movidas por centrais sindicais, a matéria tem sido amplamente debatida com a sociedade, mas nem sempre



Eduardo Costa da Silva

de maneira esclarecedora. Apesar disso, o governo, sem votos, teve que recuar na proposta de reformar a Previdência em 2018. Mas o assunto terá que voltar à pauta, pois hoje é praticamente inviável falar em saneamento de contas públicas sem levar em conta o chamado "rombo da Previdência".

"O fato é que a reforma da Previdência tem sido construída por meio de pequenas reformas ao longo dos três últimos governos. Porém, o que de fato precisa ser mudado ainda está longe de ser alcançado", avalia o advogado e professor universitário Eduardo Costa da Silva, sócio do Godke, Silva & Rocha Advogados e especialista em matéria previdenciária.

Mestre em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC -SP) e professor dessa disciplina no Instituto Brasileiro de Estudos Previdenciários (IBEP), Theodoro Vicente Agostinho completa a fala de Silva, enumerando algumas dessas alterações na legislação: "A Lei 13.183/2015, por exemplo, modificou a

aposentadoria por tempo de contribuição (atualmente, se o candidato estiver dentro dos requisitos desta lei, existe a possibilidade de se aposentar sem a incidência do fator previdenciário), com a entrada em vigor das chamadas fórmulas 85 (mulher) e 95 (homem). Os números representam a somatória da idade e do tempo de contribuição. Já a Lei 13.135/2015 alterou substancialmente a pensão por morte, trazendo a exigência de comprovação de 24 meses de união estável ou casamento, bem como de 18 contribuições, para fazer jus ao benefício. Ademais, apresentou uma tabela que leva em consideração a idade do dependente, de modo que, quanto mais novo, menor será o tempo de recebimento desta pensão", esclarece.

Na opinião de Silva, é necessário criar um sistema que evite as distorções que marcaram a nossa história, tais como a concessão de aposentadoria para quem nunca contribuiu e as aposentadorias especiais. "O ideal seria adotarmos um regime único, no qual o benefício recebido fosse proporcional à contribuição paga pelo segurado", ele explica. Já Agostinho acredita na possibilidade de a aposentadoria por tempo de contribuição ser extinta, entrando em seu lugar a aposentadoria por idade mínima. "Também devem ocorrer mudanças nas regras de concessão da pensão por morte, reduzindo-se o pagamento, que hoje é de 100% para 50%, com mais 10% para cada dependente. Outra alteração deverá atingir a chamada cumulação de benefícios, que hoje não sofre limites de valores", comenta Agostinho.

Quanto ao "rombo da Previdência", o professor Agostinho não acredita que o déficit alegado pelo governo corresponda à realidade. "Mas eu reconheço a necessidade de melhorar a gestão de recursos, de aprovar uma legislação mais severa para com aqueles que administram de maneira errada os recursos da Previdência, incluindo os regimes municipais, estaduais e outros. Além disso, é importante implementar uma politica sem tantas isenções de contribuições previdenciárias", ele observa. "Também sou favorável à criação de uma força tarefa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a fim de cobrar empresas que são devedoras contumazes da Previdência, Isso não implica dizer que a readequação seja desnecessária. Mas ela tem que ocorrer pelos motivos corretos e, principalmente, com vistas a garantir a segurança jurídica e a devolver a credibilidade ao sistema previdenciário", observa o especialista.

Silva lamenta que os rumos da reforma previdenciária sejam tão tímidos, o que ele atribui "ao lobby exercido por grupos de influência com trânsito no Congresso Nacional". O professor Agostinho complementa: "para ser efetiva e realista, uma readequação previdenciária deveria estender-se realmente para todos, sem exceção; apresentar uma regra de transição mais clara e justa, principalmente no que diz respeito àqueles que estão na iminência de se aposentar; e contar com um programa de empregabilidade paralelo à reforma. Isso porque, se aumentaremos a exigência quanto ao tempo de contribuição, temos o dever de garantir um emprego ou a possibilidade de obtê--lo", ressalta o advogado. "Mas o fundamental é que se crie um amplo arcabouço legislativo que penalize os maus gestores, sejam eles do sistema público ou privado", conclui Agostinho.



Theodoro Vicente Agostinho
"A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MAIS
COMPLEXA DO MUNDO"

O Brasil tem uma das políticas tributárias mais complexas do mundo. Nossa legislação peca - e muito -, pela falta de clareza e pela sobreposição de taxas e tributos. E, a menos que se caminhe rapidamente para uma reforma profunda, permanecerá na contramão dos 35 países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a vanguarda da economia mundial. Todos eles têm buscado a simplificação da vida das empresas e sua desoneração como forma de estimular a economia. Também vale lembrar que os Estados Unidos acabaram de realizar a mais drástica reforma tributária de sua história.

Rodrigo Spada, presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp), ressalta que a reforma tributária brasileira deveria ter sido a primeira de todas, pois ela mexe com o planejamento do Estado. "Temos discutido muito as

reformas do lado da despesa e do gasto; mas a área tributária é aquela que traz os recursos. Sua reforma pode dar condições de estruturação para levar o Estado a um novo patamar", ele afirma.

Na opinião do especialista, a simplificação do sistema tributário brasileiro é o que qualquer reforma séria deveria buscar. "Hoje, as empresas têm altos gastos com os chamados custos de conformidade. Explico: as obrigações acessórias geram um custo de gações acessorias geram um custo de conformidade tributária, ou seja, além do dispêndio de recursos necessários ao pagamento dos tributos decorrentes da obrigação principal, há valores desembolsados para o cumprimento da obrigação acessória. Conforme levantamento feito pelo Banco Mundial, o Brasil é o país onde as empresas gastam mais tempo para pagar impostos. Com uma quantidade ímpar de documentos, taxas e leis, uma companhia nacional gasta 1.958 horas ao ano para quitar todas as suas obrigações tributárias", diz. O tempo é seis vezes superior à média de 332 horas registrada nos países da América Latina e Caribe, de acordo com o último relatório Doing Business 2018. "Isso traz ao País um custo que poderia ser reduzido sem onerar o contribuinte. Devemos ter em mente que a reforma tributária é essencial para destravar a economia do País", assegura Spada.

Se, por um lado, nos falta transparência e tudo é extremamente complexo, por outro o Brasil conseguiu implantar um arcabouço técnico "que dá inveja a muitos países desenvolvidos", garante Spada. "Temos o SPED, a Nota Fiscal Eletrônica... Ora, se conseguirmos agilizar o sistema poderemos ser mais eficientes, inclusive no combate à sonegação. Hoje, cada operação tem a

sua regra; a sua exceção; sua carga etc. E, por isso, as pessoas não entendem quanto pagam, por que pagam, quem financia isso ou aquilo", elucida Spada.

O presidente da Afresp comenta que o atual sistema tributário obriga o empresário a pautar seu modelo de negócios pela política de impostos, em vez de analisar questões de logística, mão de obra, modelo produtivo etc. "Quando você coloca questões tributárias para decidir a alocação de recursos, gera outros custos: de logística, de treinamento, de uso de mão de obra não-qualificada etc. Por exemplo, se uma construtora vai erguer um galpão industrial e opta por utilizar o pré--moldado, em dois meses a obra está pronta. Mas, como é pré-moldado, o ICMS irá incidir sobre as peças, o que significa 18% sobre o valor. Se, no entanto, a construtora fizer um canteiro de obras, comprar cimento, elaborar a massa etc., incidirá o ISS, que é de 5%. Essa diferença entre os tributos pode fazer a construtora escolher a forma menos onerosa e não a mais adequada às suas necessidades", prossegue Spada. "Por razões como essa temos o custo Brasil tão alto, o que faz a alegria dos competidores de outros países, cujos modelos tributários são mais eficientes que o nosso", conclui.

Outro aspecto preponderante em qualquer proposta de reforma tributária deve ser a contenção da guerra fiscal. "Ela literalmente está deteriorando as finanças dos estados", constata Spada. "A guerra fiscal afeta o próprio equilíbrio federativo; o princípio de cooperação entre os estados. Isso condena o nosso país ao atraso e à perda de competitividade", enfatiza.

É quase certo que a reforma tributária não entrará na pauta do Congresso



Rodrigo Spada

Nacional em 2018, ficando para a próxima legislatura. E, entre as muitas propostas apresentadas, aquela que é considerada a mais consistente pelos analistas é a do deputado paranaense Luiz Carlos Hauly, relator da reforma tributária.

Se a proposta passar, ICMS, ISS, IPI, Cofins, Cide, Salário-educação, IOF, PIS e Pasep serão absorvidos pelo novo IVA Nacional, que terá até cinco alíquotas, conforme o setor. O Imposto de Renda, por sua vez, deverá substituir a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Já o imposto seletivo deverá incidir sobre os setores de energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas, veículos, pneus e autopeças.

O deputado Hauly tem declarado à imprensa que, dentro do IVA Nacional, a ideia é zerar as alíquotas sobre alimentos e remédios. Isso porque a média de tributação de alimentos no mundo é de 7%; e, dos remédios, praticamente zero. No Brasil, os percentuais são de 34% e 33%, respectivamente.

"A proposta do deputado tem pontos interessantes", avalia Spada. "Mas ela aumenta a cumulatividade e deteriora as finanças dos estados porque vai gerar créditos de ISS em cadeia, sem conseguir cobrar depois. Municípios pequenos, sem uma estrutura de arrecadação própria, também serão prejudicados pela diminuição de repasses estaduais e federais", alerta o presidente da Afresp.

E alguma das propostas de reforma tributária contempla uma redução da carga tributária total?

Spada afirma que não. "O que posso dizer com tranquilidade é que esse não é um jogo de soma zero. Não é preciso reduzir a carga tributária para diminuirmos os custos para os empresários e os contribuintes. A Constituição Federal é uma constituição cidadã, que definiu inúmeros direitos e isso tem um custo. A democracia tem um custo. Então, a nosso ver, caso se discuta a redução da carga tributária é preciso debater também o tamanho do Estado. A União trabalha com um orçamento que prevê um déficit de R\$ 140 bilhões por ano. Ou seja, hoje não há espaço para se discutir redução da carga tributária. Se melhorarmos a eficiência do sistema e o ambiente de negócios, destravando a economia, aí sim poderá haver uma discussão sobre a diminuição da carga tributária", pondera.



o: Ingram Image



EY + Transformação Digital = você à frente do mercado!

ey.com.br/digital



Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta. E melhor se torna o mundo de negócios.



Viviene Bauer é sócia de uma firma de auditoria, tem duas filhas pequenas e acaba de assumir o papel de technical advisor no IAASB. E avisa: seu objetivo é ser cada vez mais produtiva!



os 35 anos de idade, Viviene Bauer é sócia de auditoria da BDO e acumula uma experiência profissional surpreendente para alguém que ainda nem chequo aos 40.

"Comecei a trabalhar cedo", ela explica. "Eu estava com 16 anos quando ingressei no departamento de revisão de relatórios de uma empresa de auditoria, a Terco Grant Thornton. Graças a esse emprego, descobri e comecei a me interessar por auditoria e contabilidade", revela.

No começo, tudo era novidade para a adolescente nascida no bairro de Campo Limpo, em São Paulo, filha de um vendedor de peças automotivas e de uma funcionária pública. "Mas eu percebi que aquele seria o meu caminho, e optei por fazer faculdade de Ciências Contábeis", relembra. "E, no primeiro ano de curso, eu já estava trabalhando na

área", afirma a auditora, que se graduou pela Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e fez MBA em Adminis-

tração pela Fundação Getulio Vargas (FGV), com intercâmbio na Kenan-Flagler Business School da University of North Carolina (UNC).

"Comecei na RCS Auditoria e Consultoria em 2001, mas em 2006 fui para a PricewaterhouseCoopers (PwC). Permaneci lá por apenas um ano. Em setembro de 2007, retornei para a RCS, que passou a ser BDO em 2011. Hoje, sou sócia".

Segundo Viviene, o fato de ser mulher nunca atrapalhou sua trajetória profissional - já o fato de ser jovem impôs alguns obstáculos.

"É comum, nos clientes, lidarmos com interlocutores mais velhos, que de certa forma 'duvidam' da nossa capacidade. Entendo ser um processo natural. Conforme você ganha a confiança dessas pessoas, as dificuldades desaparecem", garante. E ressalta: "No caso dos trainees também, pois já trabalhei com alguns mais velhos do que eu. Mas sempre superei os desafios", relata.

Apesar de nunca ter percebido qualquer problema no trabalho pelo fato de ser mulher, Viviene reconhece que as firmas sentem uma certa insegurança ao contratar jovens que possam vir a engravidar. "O empregador se pergunta: 'será que ela volta? E, ao voltar, continuará com o mesmo grau de dedicação, com a mesma performance'? Por sua vez, a funcionária também tende a ficar receosa, com medo de não conciliar a maternidade com o trabalho, ou de ser preterida em

futuras promoções", descreve Viviene, ela própria mãe de Alice, 4 anos, e de Luísa, 3.

"O tempo me mostrou que não existe fórmula mágica para resolver esse impas-

O TEMPO ME

MOSTROU QUE

NÃO EXISTE

FÓRMULA MÁGICA

PARA RESOLVER

O IMPASSE ENTRE

A MATERNIDADE

E O TRABALHO,

E VEJO QUE UM

OLHAR INDIVIDUAL

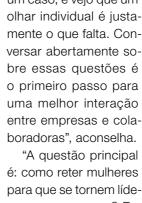
É JUSTAMENTE

O QUE FALTA

se, pois cada caso é um caso, e vejo que um uma melhor interação boradoras", aconselha.

res nas empresas? Eu, por exemplo, não tive dúvidas de que voltaria a trabalhar nas minhas duas licenças. Mais do que isso, eu não via a hora! Mas isso é muito particular para cada mulher. Eu me sinto mais animada quan-

do tenho um dia produtivo. Chego em casa cansada, mas ainda em tempo de jantar e curtir o finzinho da noite com a família", diz.







RITMO INTENSO

Viviene Bauer assumiu para a Gestão 2018/2020 a posição de Diretora de Administração e Finanças da 5ª Seção Regional do Ibracon, que compreende os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além desse novo cargo, a auditora dedica-se a outras atividades paralelas: "Sou membro do Comitê de Normas de

Auditoria (CNA) do Ibracon, e recentemente fui nomeada technical advisor no IAASB (Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração)", conta. "Acredito que participar das discussões sobre a nossa profissão será uma experiência marcante, e tenho consciência da responsabilidade que assumi ao me tornar representante do Ibracon nesse renomado órgão. Meu desafio consiste, principalmente, em conciliar minha agenda profissional com a profunda

dedicação que esse novo papel exige", resume a auditora.

"Um dos assuntos que mais me interessam é a qualificação", informa Viviene. Ela acredita que o próprio curso de graduação precisa ser revisto, pois novas normas surgem constantemente e é preciso estar atento para se atualizar. "Este ano, por exemplo, temos o desafio de implementar as IFRS 9 e 15", salienta a auditora. "A formação em Tecnologia da Informação será um complemento cada vez mais necessário, pois a informatização é uma tendência que só cresce", aponta.

Para os jovens que estão pensando em ingressar na área, Viviene avisa: "Essa é uma profissão desafiadora, que vem sendo reconhecida cada vez mais no mercado e que oferece diversas oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Mas é importante, fundamental, estudar sempre e ser muito dedicado".

PAIXÃO POR VIAGENS

De vez em quando, Viviene desliga-se da rotina e mergulha em seu passatempo favorito: viajar!

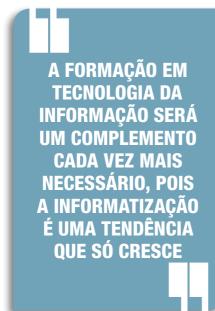
"Aproveito demais as férias, os feriados prolongados. Amo passar tempo com minha família, com meu marido", afirma, referindo-se a José Carlos, também contador, que Viviene conheceu nos tempos da Terco e com quem está casada há 10 anos. "Há uma lista enorme de países que pretendemos conhecer".

Segundo ela, esse prazer em correr o mundo está ligado aos bons momentos da infância. "Tenho ótimas lembranças das viagens com meus pais e meu irmão caçula, Fábio. Espero proporcionar essas experiências gostosas para as minhas filhas também. Acredito que, viajando, conhecemos mais de nós mesmos e criamos vínculos com pessoas e lugares que ficam para sempre na nossa memória", entusiasma-se.

E para o futuro, quais são os planos?

"Ser cada vez mais produtiva", declara, animada. "Eu acordo para malhar às 5 e meia da manhã. Às 22h30, costumo já estar deitada. É nesse dia a dia agitado que eu pretendo fazer tudo o que quero, almejo, preciso. Sei que, organizando direitinho, conseguirei tudo".

E alguém duvidaria disso?



"Crescemos, e muito. Por isso estamos trazendo a BDO"

BDO Audit Services



A BDO é a quinta maior empresa de auditoria do Brasil e do mundo, possui em sua carteira mais de 60 empresas de capital aberto no Brasil.

O departamento de mercado de capitais da BDO possui ampla experiência em atendimento a grandes grupos econômicos, que possuem operações complexas, e por conseguinte, demandam um alto conhecimento técnico, tanto do negócio quanto de legislação nacional e internacional.

Audit | Tax | Advisory | Outsourcing relacionamento@bdobrazil.com.br www.bdo.com.br



Construindo um país mais ético

Auditoria –
independente
ou interna – e
obediência
às normas de
compliance são
ferramentas da
maior importância
para minimizar os
riscos de fraude

m estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em 2016, mostra que o custo global da corrupção foi de US\$ 2 trilhões -2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. No Brasil, estudos feitos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) projetam uma perda próxima de 2,3% do PIB nacional - portanto, ligeiramente superior ao índice mundial, representando cerca de R\$ 200 bilhões por ano. "O Brasil ocupa hoje a 79ª posição, entre 176 países, no ranking da Transparência Internacional sobre a percepção da corrupção no mundo", informa o consultor Magnus Wolfram, especialista em Gestão Empresarial, Economia e Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

Além de prejudicar a reputação do país, os maus procedimentos de políticos e autoridades de diferentes esferas do poder afetam a economia, pois oneram os mercados, tiram a competitividade das empresas e afetam a credibilidade destas e do país junto a investidores estrangeiros, tornando o crédito mais escasso e, consequentemente, mais caro.

O contador – e mais especificamente o auditor, seja ele interno ou independente – e os consultores em *compliance* são, então, personagens fundamentais para que melhores práticas, seja nas empresas privadas, seja nos órgãos públicos, se tornem realidade.

Segundo Daniel Kalansky, advogado, professor do Insper e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (Ibrademp), "as auditorias interna e externa, bem como a implementação de um sistema eficiente e atualizado de *compliance*, objetivam garantir a integridade das informações contábeis, dos processos operacionais e financeiros. Cabe à auditoria interna monitorar, avaliar e também recomendar os aperfeiçoamentos necessários. Esses órgãos têm a função de avaliar se os controles estão operando de modo eficaz para mitigar os riscos de fora e de dentro da organização", diz.

Kalansky ressalta: "um sistema de compliance eficaz pode evitar riscos de fraude em uma companhia por meio da implantação de um canal de denúncia, por exemplo. Cabe lembrar que um ambiente de controle corretamente formatado é benéfico para a proteção ao patrimônio e atrai o reconhecimento do mercado, que tende a valorizar o caráter diligente dos bons administradores.

O importante é que haja um real engajamento do mais alto escalão para a efetiva implementação de uma cultura de integridade, que perpasse toda a empresa".

ESCÂNDALOS VERSUS COMPLIANCE

O advogado Eli Loria, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observa que escândalos de grande repercussão nacional – tais como as diversas denúncias relacionadas





à Operação Lava Jato e as surpreendentes falhas em gestão e governança detectadas pela Operação Carne Fraca, que teve início em 2017 – estão bastante relacionados ao modelo falho de governança corporativa e compliance das companhias.

"Agir de acordo com as melhores práticas e dispositivos legais não é responsabilidade exclusiva de um gestor ou área específica, mas de todos os agentes de governança da organização", afirma Loria. "A partir do momento em que há uma falha ética da







que a governança corporativa deve se relacionar diretamente à identidade da organização, influenciando a deliberação ética e norteando a atuação dos agentes de governança e o funcionamento do sistema de compliance.

Eles também mencionam a importância de desenvolver e monitorar políticas rígidas para preencher cargos, colocando sempre a excelência técnica do profissional em primeiro plano. "Sugiro, ainda, analisar de maneira rigorosa os riscos decorrentes de fatores internos ou externos que possam comprometer os resultados da companhia; avaliar de maneira periódica a política de controles internos da organização; estabelecer canais de comunicação que garantam sigilo e anonimato; implantar sistemas de controles rígidos, principalmente em áreas de risco elevado (como a de relação com os fornecedores) e avaliar continuamente o sistema", arremata Eli Loria.

Alberto Whitaker, vice-presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), pondera que "o simples uso de sistemas ou ferramentas de conformidade não é suficiente para prevenir os riscos de ocorrência de fraude". E completa: "destaco a relevância das atividades do Comitê de Auditoria, da área de gestão de riscos e também as atividades dos Conselhos de Administração e Fiscal, no que tange à supervisão e ao monitoramento. Mas, insisto: o desafio se dá na dimensão humana das organizações e para isso é necessária uma supervisão permanente das atitudes, uma vigilância em torno do comprometimento em atender a regras interna e externas", destaca.

INVESTIMENTO NECESSÁRIO

Sérgio Oliveira, especialista em auditoria e gerenciamento de riscos com mais de 20 anos de atuação na área de Advisory, explica que todo controle interno tem limitações - mas que, mesmo assim, vale a pena as empresas investirem na prevenção a fraudes. "Infelizmente, o fator humano é um grande limitador. Da mesma maneira que as pessoas criam controles, também criam maneiras de burlá-los", ele observa. "Por exemplo: se determinada transação precisa de uma aprovação e o responsável pelo negócio e quem o aprova estão em comum acordo, fica mais fácil transgredir o controle. Nenhum controle é infalível - obviamente, certos padrões podem ser observados para torná-los mais seguros, como a substituição de controles manuais por controles automáticos, por exemplo. Mas não podemos acreditar, em hipótese alguma, que investir em mecanismos internos de governança não seria uma boa decisão. A existência e o funcionamento desses mecanismos minimiza o risco de fraudes e. sim. empresas sem esses mecanismos estão expostas a muito mais riscos", esclarece.

Segundo Oliveira, "o investimento nesses instrumentos, incluindo treinamento e aplicação de penalidades a quem descumprir o que for estabelecido fortalece o ambiente de controle interno, minimizando não somente o risco de fraudes, mas também a ocorrência de erros que podem gerar perdas financeiras, muitas vezes, relevantes". Ele também defende que as boas práticas de governança devem estar em pauta na empresa todos os dias, "fortalecendo ou mesmo estabelecendo uma cultura empresarial dentro desse conceito".





MUDANÇAS VÃO DE LEIS A NORMAS

A Operação Lava-Jato tornou-se ícone de combate à corrupção por seu alcance e pela grande visibilidade na imprensa. Mas é preciso ressaltar que ela não teria existido sem que mudanças importantes ocorressem na legislação do país.

Merecem especial destaque a Lei de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei 12.683/2012) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), bem como a modernização de estrutura da Polícia Federal e a maior autonomia do Ministério Público Federal (MPF).

E esse cerco aos riscos de fraudes tende a ficar ainda mais rígido. Órgãos reguladores da profissão de Auditor Independente no Brasil estão analisando o processo de implantação da norma Noclar – Responding to Non-Compliance with Laws and Regulations (Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos), do *International Ethics Standards Board for Accountants* (lesba), já adotada em diversos países.

Resultado de um longo processo de consultas realizado em mais de 100 países desde o início desta década, a Noclar está alinhada a diferentes tratados internacionais e é absolutamente clara: sempre que encontrar

inconformidades e ilegalidades, o profissional da Contabilidade deve comunicá-las aos órgãos competentes.

Atualmente, o código de ética do profissional da Contabilidade deixa claro que o profissional deve zelar para que seus serviços não sejam utilizados para atividades ilícitas ou ilegais. Esse é um pressuposto básico. Mas a nova regra estará em linha com todo avanço existente para o combate da corrupção, prevenção a lavagem de dinheiro e outros crimes, dando garantias para que o profissional possa comunicar essas inconformidades ou ilegalidades. A norma também aborda que um ambiente que não proteja o profissional contra represálias ou outras ações similares pode fazer com que ele conclua que não deva reportar o assunto.

Apesar do consenso de que a Noclar é um avanço – e uma importante aliada no combate à corrupção –, ela ainda tem pontos em discussão, com vistas a seu aperfeiçoamento. Discute-se, por exemplo, a necessidade de alinhar a Noclar ao complexo arcabouço legal brasileiro, para que os profissionais fiquem seguros e protegidos quando chegar o momento de relatar inconsistências aos órgãos competentes.

O cenário é de mudanças. Escolha a nº 1 brasileira de auditoria independente.

Presente em 500 escritórios em 82 países.







novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com

Auditoria | Compliance | Consultoria em Fusões e Aquisições | Consultoria Trabalhista e Previdenciária | Consultoria Tributária | Due Diligence

SEDE: Av. Graça Aranha, 416 - 11º andar - Centro | Rio de Janeiro - RJ

São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG | Vitória - ES







PINGOS E RESPINGOS

Nova diretoria do CRCSP



Ibracon participou da solenidade de posse da nova Diretoria do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) para o biênio 2018/2019. Realizada dia 23 de fevereiro, a sessão solene contou com a participação de lideranças contábeis e profissionais do setor além de autoridades políticas, como o prefeito da cidade de São Paulo, João Doria Jr.

Representando o Instituto, participaram Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração; Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional, e Carlos Pires, presidente da 5ª Seção Regional. A nova gestão do CRCSP é comandada pela presidente, Marcia Ruiz Alcazar.

Ibracon e CFC



Ibracon e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) realizaram reunião institucional na sede do CFC, em Brasília, dia 7 de fevereiro.

Representando o Ibracon estiveram presentes o presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti, o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna, e o superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida.

Pelo CFC, participaram o presidente Zulmir Ivânio Breda e o vice-presidente Técnico Idésio Coelho.

69 anos do Sescon-SP e da Aescon-SP



presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti; o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna; o presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, Carlos Pires; e o diretor da 5ª Seção Regional, Valdir Campos Costa, participaram da comemoração do 69º aniversário do Sindicato das Empresas de Servicos Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP). Durante a cerimônia o ex-membro do Conselho de Administração do Ibracon, Pedro Melo, foi um dos agraciados com a medalha Annibal de Freitas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade e à Contabilidade. O evento aconteceu no Clube Atlético Monte Líbano, em São Paulo.

Posse da nova diretoria do CRCSC

epresentado por Francisco Sant'Anna, presidente da Diretoria Nacional, o Ibracon prestigiou a cerimônia de posse dos novos diretores do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), realizada dia 26 de janeiro. Marcelo Alexandre Seemann continua na presidência do Conselho na gestão 2018/2019.

Encontro Ibracon/Febraban

epresentantes do Ibracon e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) se reuniram para tratar de assuntos técnicos de interesse das entidades. O encontro aconteceu dia 22 de fevereiro na sede da Febraban, em São Paulo.

Entre os assuntos discutidos destaca-se a norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que traz mudanças fundamentais na contabilização dos instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Representando o Ibracon, participaram do encontro Adriana Caetano, gerente da área Técnica; Rogério Motta, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT); Dario Lima e Thiago Bernet, membros da CNNT; e Paulo Barbosa, membro do Grupo de Trabalho (GT) Instituições Financeiras.

Ibracon e Anbima discutem temas técnicos

Ibracon e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) realizaram reunião, dia 17 de janeiro, para abordar assuntos técnicos envolvendo a área de atuacão de ambas. A reunião aconteceu na sede da Anbima, em São Paulo. Adriana Caetano, gerente Técnica do Ibracon, representou o Instituto. Entre as pautas abordadas, destacam-se a adoção da seção de Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) para todos os relatórios de auditoria da indústria de fundos de investimento e a aplicação da Instrução CVM 577 aos fundos contemplados na Instrução CVM 555, que detém cotas de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) - CVM 579.

Diretoria do CFC

Ibracon participou da cerimônia de posse em Brasília da nova Diretoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para a gestão 2018/2019 e dos conselheiros eleitos para o mandato 2018/2021. Representando o Instituto, estiveram presidentes o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna, e o superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida.

Diretoria do CRCRS

Ibracon participou da cerimônia de posse dos novos membros da Diretoria e dos 36 conselheiros do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS). A nova presidente, contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues, é a primeira mulher a assumir a presidência da entidade. Representou o Instituto no evento o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna.

Seminário do CFC



presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti, participou da abertura do "Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico do Sistema Contábil" para os próximos 10 anos. Organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o evento aconteceu de 19 a 21 de fevereiro na sede do CFC, em Brasília. Em seu discurso, Eduardo Pocetti disse que o Ibracon vem se mobilizando cada vez mais para "trabalhar em conjunto com todas as entidades para que os ganhos dessas parcerias revertam-se em prol do fortalecimento e reconhecimento da nossa profissão".

CVM recebe o Ibracon em reunião no Rio de Janeiro

presentantes do Ibracon se reuniram dia 19 de fevereiro com Marcelo Barbosa, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na sede da autarquia, no Rio de Janeiro.

O objetivo do encontro foi a manutenção do relacionamento institucional entre as duas entidades e discussão de assuntos de interesse da atividade de auditoria independente e do mercado regulado pela CVM. A ocasião marcou também a primeira reunião envolvendo o novo presidente da Diretoria Nacional do Ibracon para a gestão 2018/2020, Francisco Maldonado Sant'Anna, e o presidente da CVM.

Ibracon e CVM discutem Custos de Observância

peresentantes do Ibracon e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se reuniram na sede da autarquia, no Rio de Janeiro, dia 17 de janeiro. O encontro discutiu o projeto estratégico da CVM sobre "Custos de Observância", visando ao aprimoramento da regulação da autarquia. O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Francisco Sant'Anna, considerou muito importante a iniciativa da CVM de buscar uma redução no custo de observância e, em especial, de buscar as contribuições dos participantes do mercado que são diretamente afetados.

Visita do presidente do Sescon-SP e Aescon-SP



Ibracon recebeu, dia 8 de fevereiro, a visita de Marcio Massao Shimomoto, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP). Pelo Ibracon estiveram presentes Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração; o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna; o presidente da 5ª Seção Regional, Carlos Pires; e o superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida. A visita de Shimomoto teve como objetivo cumprimentar a nova diretoria do Ibracon e reafirmar o compromisso em contribuir com o trabalho do Instituto, pelo fortalecimento da profissão contábil.

8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente abordará riscos cibernéticos e o futuro da profissão

Evento reunirá palestrantes para analisar os rumos da auditoria em termos globais, discutir tendências e avaliar as inovações que impactam a prática de auditoria

futuro da profissão em um mundo em transformação será um dos principais temas em debate na 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) realizará nos dias 11 e 12 de Junho, das 8h30 às 18 horas, no Teatro Bradesco, em São Paulo.

Como já tem acontecido nas edições anteriores, a Conferência reunirá palestrantes do Brasil e do exterior para analisar os rumos da auditoria em termos globais, discutir tendências e avaliar as inovações que impactam diretamente a prática de auditoria.

As inovações tecnológicas estão revolucionando a atividade de auditoria independente. Esses avanços têm um significado muito especial atualmente, quando o Brasil realiza um processo sem precedentes de combate à corrupção. Neste cenário, a 8ª conferência dará ênfase a aspectos tecnológicos e aos impactos na atividade de auditoria independente e no futuro da profissão.

Além do eixo tecnológico, a conferência abordará temas que contribuem para a inserção de profissionais brasileiros na vanguarda da auditoria independente, como o debate sobre as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), Auditoria Financeira e Transparência e sobre



o relacionamento da auditoria com a governança da entidade auditada.

Dentre os painéis confirmados, incluem-se: "O impacto dos riscos cibernéticos no mundo corporativo"; "Setor Público: IPSAS, Auditoria Financeira e Transparência"; "Atualidades das IFRS"; "Relacionamento da Auditoria com a Governança da Entidade"; "Aplicação de novas tecnologias na Auditoria Independente"e "Relatórios de Auditoria". Em breve, os nomes dos principais palestrantes serão divulgados pelo hotsite do Ibracon.

"Em tempos de disrupção tecnológica, quando expressões como big data, inteligência artificial e data analytics tornam-se cada vez mais presentes no universo corporativo, qualquer discussão sobre o futuro da Auditoria Independente caminha lado a lado com a questão das novas tecnologias", explica Francisco Sant'Anna, presidente do Ibracon. "Por isso, buscamos dar a esse assunto o destaque merecido: falaremos do que já existe, mas também das mudanças em curso e do que elas devem acarretar no médio e longo prazos".

As tecnologias disruptivas também tiveram amplo espaço na Conferência do ano passado, quando a IBM, por exemplo, apresentou o Watson, sua ferramenta de inteligência artificial, e representantes do Ministério Público Federal e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), mostraram de que forma a inteligência da informação na era digital tem contribuído para a detecção de fraudes, lavagem dinheiro e outros crimes. "Novos ângulos e novas abordagens de temas igualmente complexos serão abordados em 2018", garante o presidente do Ibracon.

"Além de desempenharem papel fundamental na atualização do auditor independente e de trazerem informações que ajudam no dia a dia de profissionais de firmas de auditoria de todos os portes, as conferências do Ibracon também são favoráveis ao networking", ressalta Sant'Anna. "Ou seja, dos debates à interação com outros representantes do mercado, a Conferência é imperdível para quem atua no setor", conclui.



O IBRACON OFERECE AS MELHORES OPÇÕES EM EDUCAÇÃO CONTINUADA. ONDE E QUANDO VOCÊ QUISER.

O Ibracon é capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), alinhado às normas de Ensino da International Federation of Accountants (IFAC).

Oferece aos profissionais da Contabilidade uma ampla gama de cursos presenciais e à distancia por meio de 7 Seções Regionais em todo o Brasil. São cerca de 120 atividades educacionais promovidas anualmente para mais de 3.000 profissionais.

Referência em conteúdo, qualidade dos instrutores, aplicação prática e custo x benefício, segundo os próprios participantes.

Os cursos do Ibracon são o sinal verde para você sair na frente e avançar em sua vida profissional.

Conheça a nossa programação para 2018: www.ibracon.com.br













participantes e cumprindo carga horária de 324 horas.

Se formos além do ano passado e analisarmos os últimos 3 anos, veremos que foram realizados 260 cursos, os quais capacitaram 6.387 profissionais em Auditoria e Contabilidade. O ano mais intenso foi 2016: devido à adoção do Novo Relatório do Auditor Independente, 98 cursos foram promovidos, e 2.626 profissionais, capacitados.

"São números que impressionam. Porém, mais do que quantidade, o objetivo do Ibracon é atuar como uma capacitadora de qualidade, com foco em treinamentos contábeis mais avançados e de auditoria", explica Tadeu Cendón, Diretor de Desenvolvimento Profissional da entidade.

Cendón explica que, desde 2016, o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem passando por transformações, e o Ibracon, como entidade capacitadora credenciada, readequou seu programa de modo a contemplar as novas demandas, considerando principalmente a alteração na norma de Educação Profissional Continuada (NBC PG 12), que estendeu a obrigatoriedade do cumprimento do PEPC. "A decisão alcança todos os auditores independentes, bem como os responsáveis técnicos, chefes e gerentes dos departamentos que se envolvem na elaboração das demonstrações contábeis das entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e sociedades de grande porte", comenta Cendón, acrescentando que, até 2015, a regra era válida apenas para os profissionais que auditavam empresas do mercado regulado e para os inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI).

De acordo com Cendón, em 2018 o Ibracon pretende lançar o curso "Auditoria para Empresas de Menor Complexidade", que deriva de um Manual sobre este tema, desenvolvido pela entidade desde 2016. "Nosso foco,

com esse trabalho, são as Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)", informa Cendón. "O Brasil ainda é um país pouco auditado", ele constata. "E, quando falamos em pouco auditado, estamos nos referindo às pequenas e médias empresas, que demandam serviços das FAPMP. Esse curso tem o objetivo de dismistificar o conceito de que as normas de auditoria são únicas, que elas independem do tamanho do negócio a ser auditado. Essa mudança de enfoque vai dar mais legitimidade a uma auditoria mais objetiva, sem abrir mão da qualidade inerente a esse processo", prossegue Cendón.

EXCELÊNCIA NA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

Tanto o mercado quanto os alunos reconhecem que as ações de EPC do Ibracon possuem um alto grau de excelência: 88% dos participantes consideraram que as atividades das quais participaram no Ibracon ajudaram muito em seu desenvolvimento profissional. Para Cendón, que teve seu mandato como Diretor de Desenvolvimento Profissional renovado por mais três anos, a boa aceitação deve servir como estímulo para a ampliação e o constante aprimoramento das atividades: "Meu objetivo, neste novo ciclo, é promover uma maior integração entre as diretorias regionais de desenvolvimento profissional, com o objetivo de maximizar a programação e o conteúdo dos treinamentos", ele revela. O Ibracon faz parte da Comissão de Educação Profissional Continuada (CEPC) juntamente com representantes da área de Desenvolvimento Profissional do CFC e dos CRCs, que juntos são responsáveis pela atualização da norma NBC PA 12, que institui o PEPC. "Em 2017, o Ibracon marcou presença nas reuniões da CEPC, do CFC, justamente para gerir o programa destinado à área de Auditoria Independente. Foram realizadas sete reuniões do CEPC, ocasiões em que foram analisados 598 processos, totalizando 4.175 cursos/ eventos credenciados", conclui o Diretor. 🗸

Sob nova direção

Francisco Sant'Anna assume a Presidência do Ibracon com o compromisso de continuar a evoluir no que tange ao atendimento prestado aos associados, delimitar as atribuições e responsabilidades do auditor independente e expandir a comunicação com a sociedade



Francisco Sant'Anna: "Todo auditor independente deve defender a ética e atuar contra a corrupção".

nova Diretoria do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) tomou posse no início do ano, composta pelo presidente Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna e pelos diretores Rogério Hernandez Garcia (Diretor Técnico), Francisco de Paula dos Reis Júnior (Administração e Finanças), Tadeu Cendón Ferreira (Desenvolvimento Profissional), Clinton Leandro Fernandes (Comunicação) e Monica Foerster (Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes - FAPMP).

A nova gestão tem a missão de aprimorar o que já vem sendo feito, sobretudo no atendimento prestado aos associados, na delimitação das atribuições e responsabilidades do auditor independente e na comunicação com a sociedade. Neste sentido, é extremamente relevante que a Diretoria Nacional e o Conselho de Administração atuem conjuntamente, seguindo o modelo de Governança implementado nas últimas gestões.

Eduardo Pocetti, que esteve à frente da Diretoria Nacional de 2012 a 2014 e presidiu o Conselho de Administração na gestão passada (2015 a 2017), permanecerá no cargo por mais um mandato. Já Francisco Sant'Anna, o novo Presidente Nacional, chega ao posto depois de uma atuação intensa

como Diretor de Comunicação, por dois mandatos consecutivos.

Pocetti ressalta que o Conselho de Administração se fará ainda mais presente no dia a dia do Instituto: "Além das reuniões oficiais, trimestrais, nós estaremos mais atentos às discussões cotidianas e estaremos presentes para apoiar e respaldar a Diretoria Nacional. Enfim, nossa meta é intensificar nosso envolvimento; é nos tornarmos mais atuantes nos debates e nas aprovações de objetivos e estratégias", ele resume.

Pocetti destaca que muitas medidas importantes deverão ser levadas adiante, nos próximos anos, para a defesa dos interesses da profissão: "São medidas que requerem pleitear causas e prerrogativas da profissão junto aos órgãos reguladores, por exemplo", ele diz. "É fundamental prosseguirmos com o fortalecimento das relações institucionais e com a busca do aprimoramento. Aliás, nossos desafios não acabam nunca. Cada pilar de atuação precisa ser constantemente fortalecido. O trabalho do auditor, tão fortemente regulado, ainda está aquém do reconhecimento que merece. É com esse objetivo, essa visão, que o Ibracon precisa trabalhar incansavelmente", analisa.

O atual presidente do Conselho também destaca que as firmas de pequeno e médio



Eduardo Pocetti: presidente do Conselho de Administração por mais um mandato.

portes ganharão mais representatividade a partir de agora. "Já tínhamos um conselheiro oriundo de firmas de pequeno e médio portes, e neste mandato teremos mais dois. Ou seja, além das cinco grandes firmas com assento no Conselho, agora obtivemos um equilíbrio maior. Enxergamos esse fato como algo muito positivo", comenta Pocetti.

NOVO PRESIDENTE

Francisco Sant'Anna destaca a busca por excelência como um dos seus principais objetivos à frente da Diretoria Nacional do Ibracon: "Queremos que um número cada vez maior de auditores independentes participe da nossa entidade e sinta-se bem atendido e plenamente representado", diz.

"Vivemos um momento interessante, em que nossa profissão é cada vez mais percebida como sendo de interesse público. Essa exposição mais ampla é positiva, mas também impõe desafios", ele avalia. "Por exemplo: nós precisamos melhorar a percepção das pessoas quanto ao nosso papel, mostrando que a auditoria não é um seguro, uma garantia ou um selo de qualidade, embora esteja fortemente vinculada à boa governança", esclarece Sant'Anna.

Essa transparência maior na comunicação caminha de mãos dadas com o desafio de delimitar responsabilidades. "As pessoas tendem a interpretar o papel do auditor independente como o de um investigador, que não deixará nenhum detalhe escapar, nunca. Só que não é bem assim, temos nossos limites, pois, dentre outros fatores, nós trabalhamos por amostragem. Não pode-se confundir auditoria independente de demonstrações contábeis com auditoria forensic, esta sim com o objetivo primário de identificação de fraudes", prossegue.

A responsabilidade ilimitada atribuída às firmas de auditoria também é foco de atenção do presidente do Ibracon. "Diferentemente do que acontece em outros países, como França e Estados Unidos, nos quais há uma responsabilidade limitada, aqui no Brasil, em geral,

somos obrigados a arcar com a responsabilidade civil, ilimitada e solidária. E isso desmotiva muitos profissionais a ingressarem nessa carreira", constata Sant'Anna. "Queremos atrair, no futuro, os melhores talentos.

Sant'Anna também revela a intenção de estimular uma maior participação feminina nas discussões sobre os rumos da profissão. "Durante muito tempo, o ambiente da Auditoria e Contabilidade foi predominantemente masculino. Essa realidade está mudando e nós queremos que o Ibracon seja um espelho desses novos tempos", ele afirma.

ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

"A contabilidade e a auditoria independente têm sido receptivas à demanda por compliance que emana da sociedade", enfatiza Sant'Anna. "E demos passos importantes. Por exemplo: o Brasil adotou as novas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS, International Public Sector Accouting Standards). Tratase de algo fundamental para o saneamento das contas públicas e o combate à corrupção, além de ser um marco significativo para a inserção competitiva no cenário global, e um claro compromisso com a ética e a transparência", assinala o novo presidente do Ibracon.

Sant'Anna também destaca que, em breve, o Brasil deverá aderir à nova norma do International Ethics Standards Board for Accountants (lesba), denominada Responding to Non-compliance with Laws and Regulations ou Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos (Noclar). "Ainda há pontos que precisam ser alinhados para se adequarem à legislação brasileira. Mas, em linhas gerais, pode-se dizer que o profissional da Contabilidade ganha protagonismo cada vez maior no combate à corrupção, e este será um dos pontos fundamentais da nossa gestão", finaliza.

REGIONAIS

Nas sete Seções Regionais do Ibracon, houve três diretores presidentes reeleitos: Paolo

Giuseppe Lima de Araújo, da 1ª Seção Regional, cuja jurisdição abrange Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia; Paulo Buzzi Filho, da 3ª Seção Regional, com jurisdição sobre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; e Paulo Cezar Santana, da 4ª seção regional, com jurisdição sobre Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goias.

Na 2ª Seção Regional, José Vital Pessoa Monteiro Filho substituiu Marcelo Galvão Guerra, que já havia exercido a presidência por dois mandatos consecutivos nessa jurisdição que contempla os Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Já na 5ª Seção Regional, que abarca São Paulo, Paraná,

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sai Sergio Antonio Dias da Silva e entra Carlos Augusto Pires.

Marcelo de Deus Saweryn também deixou a presidência da 6ª Seção Regional (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) após dois mandatos. Em seu lugar, temos Paulo Ricardo Pinto Alaniz.

Na 9ª Seção Regional, com jurisdição sobre o Estado da Bahia, chegou novamente a vez de uma mulher: Shirley Nara Santos Silva é a nova diretora presidente. Além disso, a participação feminina também cresceu na 2ª e na 6ª Seções Regionais, com as presenças das diretoras Adriana Rodrigues Pereira da Silva e Tanha Maria Lauermann Schneider, respectivamente.



Paolo Giuseppe Lima de Araújo, presidente da 1ª SR



José Vital Pessoa Monteiro Filho, presidente da 2ª SR



Paulo Buzzi Filho, presidente da 3ª SR



Paulo Cezar Santana, presidente da 4ª SR



Carlos Augusto Pires, presidente da 5ª SR



Paulo Ricardo Pinto Alaniz, presidente da 6ª SR



Shirley Nara Santos Silva, presidente da 9ª SR

Como fica a composição do Ibracon



Da esquerda para a direita: Rogério Hernandez Garcia, Diretor Técnico; Clinton Leandro Fernandes, Diretor de Comunicação; Francisco de Paula dos Reis Junior, Diretor de Administração e Finanças; Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna, Presidente; Monica Foerster, Diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP); Tadeu Cendón Ferreira, Diretor de Desenvolvimento Profissional; Marco Aurelio Fuchida, Superintendente Geral.

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Francisco Antonio M. Sant'Anna

Diretor Técnico

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração

e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Tadeu Cendón Ferreira

Diretor de Comunicação

Clinton Leandro Fernandes

Diretora de Firmas de Auditoriade Pequeno e Médio Portes (FAPMP)

Monica Foerster

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário:

Charles Krieck

Membros

Alexandre De Labetta Filho Altair Tadeu Rossato Carlos Augusto Pires Eduardo Camillo Pachikoski Francisco Antonio Maldonado

Sant'Anna

José Vital Pessoa Monteiro Filho Luiz Sergio Vieira Filho

Marco Aurelio de Castro e Melo

Paolo Giuseppe Lima de Araújo

Paulo Buzzi Filho

Paulo Ricardo Pinto Alaniz Paulo Cézar Santana

Raul Correa da Silva

Rogério Costa Rokembach

Shirley Nara Santos Silva

1ª SECÃO REGIONAL

Jurisdição

Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia.

Diretor Presidente

Paolo Giuseppe Lima de Araújo

Diretor Técnico

Carlos Santos Mota Filho

Diretor de Administração e Finanças

Fillaliças

Tiago de Sá Barreto Bezerra

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Pretextato Salvador Quaresma Gomes de Oliveira Mello

Diretor

Eliardo Araujo Lopes Vieira

2ª SEÇÃO REGIONAL

Jurisdição

Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe

Diretor Presidente

José Vital Pessoa Monteiro Filho

Diretor Assuntos Técnicos

Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes

Diretor de Administração e Finanças

Nelson Mitimasa Jinzenji

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Marcelo Galvão Guerra

Diretora

Adriana Rodrigues Pereira da Silva

Diretor

Alex Andrade Vaz da Silva

Diretor

Francisco da Silva Pimentel

3ª SEÇÃO REGIONAL

Jurisdição

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Diretor Presidente

Paulo Buzzi Filho

Diretor Técnico

Paulo José Machado

Diretor de Administração e Finanças

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Luis Aurênio Alves Barretto

Diretor

Antonio Ranha da Silva

Diretor

Bernardo Moreira Peixoto Neto

Diretor:

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira

4ª SEÇÃO REGIONAL

Jurisdição

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goias.

Diretor Presidente

Paulo Cézar Santana

Diretor Técnico

Flavio de Aquino Machado

Diretor de Administração

e Finanças

Antonio Hilário Maia

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Fábio Abreu de Paula

Diretor

Hélio do Vale Ribeiro

Diretor

Anderson Luiz de Menezes

Diretor

Marcelo Salvador

5ª SEÇÃO REGIONAL

Jurisdição

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Diretor Presidente

Carlos Augusto Pires

Diretor Técnico

Marco Antonio de Carvalho Fabbri

Diretora de Administração

e Finanças

Viviene de Paula Rosa Alves Bauer

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Valdir Renato Coscodai

Diretor

Aderbal Alfonso Hoppe

Diretor

Luiz Claudio Gaona Granados

Diretor

Valdir Campos Costa

6ª SEÇÃO REGIONAL

Jurisdição:

Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Diretor Presidente

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Diretor Técnico

Cristiano Jardim Seguecio

Diretor de Administração

e Finanças

Carlos Osvaldo Pereira Hoff

Diretor de Desenvolvimento

Profissional

Tanha Maria Lauermann

Schneider

Diretor

Américo Franklin Ferreira Neto

9ª SEÇÃO REGIONAL

Jurisdição: Bahia

Diretor Presidente

Shirley Nara Santos Silva

Diretor Técnico

Leandro Mauro Ardito

Diretor de Administração

e Finanças

José Renato Mendonça

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Paulo Ferreira Silveira

Diretor

Alexandre Lomanto

Maimone Neto

Diretor

Manoel Carlos Alves dos Reis Junior



O blockchain, a mais recente transformação de porte provocada pela Internet, revoluciona as relações entre valor e transparência

As fronteiras da 'Iconomia'

epois do e-mail, do blog, das redes sociais e da "youtubização" da cultura, a quinta grande transformação provocada pela internet na sociedade contemporânea é a provável revolução nas relações entre valor e transparência resultante da emergência de uma nova "buzzword" tecnológica: o "blockchain".

Outras "palavras-valise", que carregam uma pluralidade de sentidos associados a uma grande mudança de hábitos e percepções, ganham as manchetes: de "manufatura 4.0" a "gamificação", passando por "smart cities" etc.

Sabemos que as ondas de inovação seguem padrões rítmicos ou cíclicos, modulados pela própria velocidade, profundidade e sustentabilidade das inovações introduzidas sucessivamente. Uma revolução, a ideia de uma mudança estrutural que afeta o próprio padrão cíclico, é sempre uma hipótese ousada, principalmente numa época em que a chamada "disrupção" é entendida como inovação praticamente contínua, necessária,

irreversível e que pode ampliar ainda mais as incertezas ecossistêmicas, tornando o ambiente ainda mais complexo (o que exige mais adaptação e mesmo novas rupturas).

Será o "blockchain" mais um truque retórico do marketing digital? Qual a efetiva mudança provocada por uma tecnologia que promete acabar de vez com todas as formas conhecidas de intermediação, registro, validação e memória?

A meu ver, as várias "revoluções" são momentos em que se criam expectativas generalizadas de mudança de etapa no ciclo ou até a emergência de novos ciclos e horizontes, como ocorre atualmente, sem que se tenha nome ainda para o que vem por aí.

Percebo essa transformação emergente como a revelação (mais que revolução) da "Iconomia", ou economia dos ícones. Ou seja, a integração definitiva e protagonista do conhecimento, ao lado de energia, terra, capital e trabalho, na organização da sociedade, dos mercados e da governança nas redes digitais.

A "Iconomia" resulta da convergência entre a chamada "inteligência artificial" e a ampla, profunda e acelerada organização da vida em torno de "imagens".

Claro que essa convergência vem de longe: surgiu no instante em que um hominídeo começou a rabiscar na parede das cavernas com a expectativa de interferir de alguma forma no seu "programa" - ou seja, a primeira ação foi "programar" o cosmos por meio de uma interface simbólica rudimentar associada à própria sobrevivência do homem das cavernas, projetando sobre a terra uma combinação de experiência vivida e memória coletiva. Das pinturas rupestres à linguagem dos computadores houve uma evolução acelerada brutalmente com o domínio da energia elétrica e a emergência de grandes polos urbanos (toda cidade é inteligente, ou não seria uma cidade).

Lawrence J. Fogel, já em 1960, fazia experimentos com estratégias de otimização estocástica, algoritmos genéticos em que o *software* emula operadores genéticos tal como observados na natureza. Recentemente.

circulou a informação de interrupção de um programa de pesquisa em inteligência artificial porque as máquinas começaram, elas próprias, a inventar a sua própria linguagem. Parece demonstrado por evidências contemporâneas que a capacidade de criar ícones, de fazer linguagem, é a chave da sobrevivência e que a digitalização amplia significativamente os horizontes; desloca a fronteira da relação entre a criação de riqueza (e, portanto, a sua representação por meio de ícones de valor) e a nossa capacidade de decodifi-

car o processo criativo. No lugar da sobrevivência dos mais fortes ou eficientes ou competitivos, é como se finalmente fosse revelada uma "lei da competência simbólica", em meio a uma espécie de neodarwinismo digital em que a evolução do ser humano é indissociável dos processos de gênese, difusão e crise produzidos pelas esferas projetadas pela inteligência coletiva na terra, na energia, no capital, no trabalho e, finalmente, na própria capacidade coletiva de colaborar e, assim, compartilhar inteligência.

A 'ICONOMIA'
RESULTA DA
CONVERGÊNCIA
ENTRE A CHAMADA
INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL E A
AMPLA, PROFUNDA
E ACELERADA
ORGANIZAÇÃO DA
VIDA EM TORNO
DE IMAGENS

A questão central que nenhuma inteligência artificial resolverá é de ordem moral, política e até mesmo religiosa para alguns grupos sociais: qual o propósito dessa inteligência? Ele vem da própria inteligência ou existe alguma fonte transcendental que se afirma na própria busca de transparência nas relações entre humano, não-humano e ciclos da natureza? Como programar, desprogramar ou reprogramar a ação de vivência, resistência ou sobrevivência numa biosfera digital? Quem vai controlar essa biopolítica? Certamente os bancos estão entre os que se colocam à



frente na luta pela dominação dessa ordem de decisões. São praticamente as únicas instituições que crescem ao longo de todo o ciclo, passando por momentos de concentração quando ocorre uma crise econômica (seja qual for a origem da crise, que é recorrente e inevitável).

Big data, smart cities, smart contracts, blockchain, cloud, monetization, gamification... há inúmeras palavras, modas e termos que, no limite, provocam uma ampliação a tal ponto intensa na automação de processos que a própria empregabilidade do ser humano, no longo prazo, entra em questão e fica recoberta por novas incertezas.

Nem tudo é determinado pela tecnologia, portanto. Quem disse que a carreira em um grande banco operando em escala global é mais promissora do que a organização de um clube de trocas usando moeda digital num território com propósitos puramente locais? Qual dessas ocupações é mais sustentável; qual oferece rendimentos pecuniários (e outros) mais duradouros? A internet das coisas (outra expressão de moda) contribui para dar a impressão de que a automação torna cada vez mais precária a inserção dos indivíduos no mercado, nas cadeias de produção de valor e mesmo na vida social.

De modo geral e puramente lógico, este é um fato pelo menos desde a fundação do teatro na Antiguidade: o ser humano tem a capacidade de combinar a ação à representação. A partir daí, o próprio sistema de representações pode ganhar "vida" e passar a comandar (às vezes, fantasmagoricamente) as ações dos indivíduos, programando coletivamente o destino de todos e de cada um, com evidente risco de violência, totalitarismo e outras formas de barbárie que exigem a extinção da transparência, a limitação da democracia e a hierarquização dos seres – alguns naturalmente serão "programados" para se tornarem "superiores".

De carros que são dirigidos remotamente ao tratamento de inúmeras doenças pela telemedicina, os riscos para a liberdade, a diversidade, a privacidade e a criatividade humana são parte inerente dessa dimensão representacional que, desde a caverna pré-histórica até a rede social digital, faz da inteligência humana algo sempre "artificial", ou seja, que existe fora dos nossos corpos e da natureza animal, vegetal ou mineral, podendo ganhar autonomia sem transparência, amparada e reforçando formas de ampliação da desigualdade. Parece seleção natural, mas é inteligência artificial na criação e gestão de ícones, códigos, imagens.

O jogo entre ação e representação é um jogo que pode ser programado. Essa programação, no entanto, existe apenas na medida em que tem um propósito no espaço e no tempo. A "Iconomia" é o jogo em que essa economia do símbolo pode criar ou destruir valor (num mercado, numa rede social, numa política pública).

Este artigo reflete a opinião do autor e não da Revista Transparência. A publicação não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizada pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações."

^{*}Professor Livre-Docente em Economia do Audiovisual no Departamento de Cinema, Rádio e TV da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Diversitas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Criou o grupo de pesquisa "Cidade do Conhecimento" no Instituto de Estudos Avançados da USP. Autor de "Brinco, Logo Aprendo – Videogames e Moralidades Pós-Modernas" (Editora Paulus, 2016).

Os vencedores da 7^a edição do Prêmio Transparência



Jornalista do Rio Grande do Sul e estudante de Minas Gerais são os ganhadores do 7º Prêmio Transparência de Jornalismo e Universitário

m sua sétima edição, o Prêmio Transparência de Jornalismo e Universitário, promovido pelo Ibracon, teve como vencedores a jornalista Roberta Mello e o estudante Marlon Freire Ramos.

O trabalho de Roberta que mereceu a láurea foi a reportagem "Nova norma



Roberta Mello

permite ao contador informar irregularidades", publicada em maio de 2017 na edição nº 36 do Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul.

"Foi com muita gratidão e alegria que recebi a notícia de que, entre tantos trabalhos de qualidade elaborados por colegas jornalistas do todo País, uma matéria escrita por mim saiu vencedora", afirma Roberta. "Em tempos de Fake News e de certa desvalorização do jornalismo aprofundado, especializado, voltado principalmente à edição impressa, o Prêmio Transparência de Jornalismo contribui para colocar em evidência o trabalho feito todos os dias pela equipe do Jornal do Comércio: sério, comprometido e responsável", observa a jornalista.

Já Marlon Freire Ramos conquistou o Prêmio com o trabalho "Análise dos apontamentos do PCAOB nos relatórios de Inspeção das Firmas de Auditoria Brasileiras", de sua autoria, realizado sob a orientação do Professor Gilberto Galinkin, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas).

"Foi numa conversa com o coach Alexandre Freitas que surgiu meu interesse pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB). Comecei a pesquisar o assunto e verifiquei que o PCAOB efetua inspeções em diversos países, inclusive no Brasil. Percebi que o tema ainda era pouco explorado por aqui e tive a ideia de dedicar a minha monografia para expor o conteúdo das inspeções do PCAOB nas empresas de auditoria brasileiras", relata Marlon. "Essa oportunidade trazida pelo Ibracon é fundamental para incentivar os



Marlon Freire Ramos

estudantes a produzirem novos conhecimentos na área da contabilidade e, o mais importante, é essencial para evolução e continuidade da profissão do contador como um todo. Parece um sonho, estou muito feliz mesmo", comemora o estudante.

Os vencedores farão uma viagem técnico-cultural de cinco dias a Londres, no segundo semestre deste ano.

Além disso, a jornalista, o estudante e o professor orientador participarão de uma cerimônia de premiação conduzida pelo Ibracon durante a realização da 8ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, nos dias 11 e 12 de junho, no Teatro Bradesco, em São Paulo.

Em breve serão abertas as inscrições para a 8ª edição do Prêmio. Para saber mais, acompanhe o Portal Ibracon e as redes sociais do Instituto.

Renovação no CFC e nos Conselhos Regionais de Contabilidade

Novas tecnologias, proteção ao profissional, foco na qualidade e modernização: pautas prioritárias para Zulmir Breda, novo presidente do Conselho Federal de Contabilidade

m Brasília, a posse solene da nova Diretoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para a gestão 2018/2019 e dos conselheiros eleitos para o mandato 2018/2021 foi realizada no dia 21 de fevereiro e contou com as presenças do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), João Augusto Ribeiro Nardes; dos senadores Ana Amélia Lemos (PP/RS), Elmano Férrer (PMDB/PI) e Paulo Bauer (PSDB/SC); e do presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Francisco Maldonado Sant'Anna, dentre outras autoridades e expoentes do mercado financeiro e do universo da contabilidade.

Em seu discurso, Zulmir Breda assegurou que buscará sinergia cada vez maior com as entidades internacionais ligadas à contabilidade, e que permanecerá atento às transformações que possam atingir a profissão, sejam de natureza tecnológica, regulatória, mercadológica ou humana.

"Estamos na era da inteligência artificial e da robótica. Fala-se em quarta

revolução, big data, ciberdependência e outros termos cunhados no jargão tecnológico. Não é necessário pensar muito para entender que os tempos modernos já ditaram o perfil do mercado de trabalho daqui pra frente", ele observou. Sobre uma possível "divergência" entre "homens e máquinas", Breda



Zulmir Ivânio Breda

disse: "Essa polêmica deve ser olhada com algumas reservas, em especial em uma área como a nossa, na qual são fatores decisivos a capacidade de análise, a intuição, o discernimento, o conhecimento do cliente e do ambiente em que se trabalha, a credibilidade e o poder de decisão".

O novo presidente do CFC declarou que sua gestão terá duas metas principais: a primeira delas diz respeito à melhoria do ambiente regulatório da profissão, em especial para aqueles que atuam nas organizações contábeis, conferindo-lhes maior proteção legal.

"A segunda grande meta consiste em ampliar o Programa de Educação Profissional Continuada para outros segmentos da profissão, como requerem determinados normativos internacionais", afirmou. "O objetivo principal é o de sempre: buscar a inclusão dos nossos profissionais nas mais diversas oportunidades, por meio do desenvolvimento profissional, elevando cada vez mais a qualidade dos serviços prestados ao mercado", concluiu.

Para Breda, é preciso transformar os obstáculos em oportunidades, ou seja: "capturar o que há de melhor em todas as evoluções atuais e aplicá-lo como ferramenta da profissão".

A nova Diretoria do CFC também inclui os vice-presidentes Sergio Faraco (Administrativo), Gilvânia Andrade Nascimento (Desenvolvimento Profissional), Aécio Prado Dantas Júnior (Desenvolvimento Operacional), Cleaylton Ribeiro de Medeiros Gonçalves (Fiscalização, Ética e Disciplina), Alexsandro Mota Melo (Registro), Joaquim de Alencar Bezerra Filho (Política Institucional), Idésio da Silva Coelho Júnior (Técnica) e Francisco José Alves Correia Lima (Controle Interno).

RENOVAÇÕES REGIONAIS

Além da troca de presidente no Conselho Federal, também os Conselhos

Regionais estão dando início a novas gestões. Um ponto que vem chamando bastante a atenção é o aumento da participação feminina: em Minas Gerais, a nova presidente é Rosa Maria Abreu; em Mato Grosso do Sul, lara Sonia Marchioretto; na Paraíba, a eleita foi Vilma Pereira de Souza Silva: no Rio Grande do Sul, o desafio coube a Ana Tércia Lopes Rodrigues; no Pará, foi empossada Ticiane Lima dos Santos, e em Roraima, Palmira Leão de Souza. Além disso, em São Paulo, cujo CRC tem o maior número de associados, a nova presidente é Márcia Alcazar, que assume com o lema "CRCSP - Movido por conquistas. Inovando pela profissão".



Marcia Ruiz Alcazar

Segundo Marcia Alcazar, a inovação estará no cerne seu mandato: "O foco em tecnologia é questão de sobrevivência, pois as transformações digitais estão mudando o perfil da profissão e de todo cidadão que precisa sempre manter sua vida organizada e prestar os seus serviços da melhor forma possível. Nessa era de revolução digital e SAC 3.0, buscaremos oferecer aos profissionais da contabilidade uma excelente experiência com o CRCSP", ela afirma. "Além disso, no

Brasil, precisamos da simplificação, desburocratização fiscal e de um maior entendimento da sociedade. As pessoas ainda precisam perceber os benefícios que a contabilidade proporciona", acrescenta.

Marcia também planeja divulgar as audiências públicas promovidas pelo CFC para que todos os profissionais possam ter voz ativa e contribuir com a regulação da profissão contábil. "Quanto ao desenvolvimento profissional,

buscaremos dar condições para que todos possam exercer a profissão de forma plena e cumprir com o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), por meio das atividades presenciais que realizaremos em todas as cidades nas quais houver uma delegacia do CRCSP, e também por meio dos conteúdos a distância, que permitem que o profissional se mantenha atualizado de forma *online*", assegura a nova presidente.

Confira os nomes dos Presidentes dos CRCs de todo o Brasil para a Gestão 2018/2019

Região Norte

Acre: Tiago Rosella Dell Agnolo Amapá: Emílio Sérgio Oliveira dos Santos

Amazonas: Manoel Carlos de Oliveira Júnior

Pará: Ticiane Lima dos Santos Rondônia: Joelso Tavares

de Andrade

Roraima: Palmira Leão de Souza

Tocantins: Norton Thomazi

Região Nordeste

Alagoas: Paulo Sérgio Braga da Rocha

Bahia: Antônio Carlos Ribeiro

da Silva

Pernambuco: José Gonçalves

Campos Filho

Piauí: Josafan Bonfim Moraes Rego

Ceará: Robinson Passos de Castro e Silva

Maranhão: João Conrado de Amorim Carvalho

Sergipe: Vanderson da Silva Melo Rio Grande do Norte: Luzenilson

Moreira da Silva

Paraíba: Vilma Pereira de Souza Silva

Região Sudeste

Espírito Santo: Roberto Schulze Minas Gerais: Rosa Maria Abreu Rio de Janeiro: Waldir Jorge Ladeira

dos Santos

São Paulo: Marcia Alcazar

Região Sul

Paraná: Marcos Sebastião Rigoni de Mello

Santa Catarina: Marcello Alexandre

Seemann

Rio Grande do Sul: Ana Tércia Lopes

Rodrigues

Região Cento-Oeste

Distrito Federal: Adriano de Andrade

Marrocos

Goiás: Rangel Francisco Pinto Mato Grosso: Manoel Lourenço

de Amorim Silva

Mato Grosso do Sul: lara Sonia

Marchioretto



Para conhecer a composição completa da nova gestão dos CRCs, basta acessar www.cfc.org.br.

Giro pelas Regionais

1ª Seção Regional

Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia

Encontro com entidades contábeis

O presidente da 1ª SR do Ibracon, Paolo Giuseppe Lima de Araújo, participou em fevereiro de encontro promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE) envolvendo diversas entidades contábeis. O objetivo da reunião foi propor um trabalho em conjunto para o fortalecimento da atividade contábil. Além do Ibracon e do CRCCE, participaram do evento representantes do Sindicato dos Contabilistas (Sindcont); Associação dos Peritos Contadores do Estado do Ceará (APCEC), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Sescap), Associação dos Contabilistas do Estado (Acontece), União dos Contabilistas, Federação dos Contabilistas Norte e Nordeste (FECON), Associação de Técnicos em Contabilidade do Estado do Ceará (ASTEC) e a Associação dos Auditores e Peritos Contadores do Estado do Ceará (AAPCEC).

2ª Seção Regional

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Recife



Nova diretoria

A nova diretoria da 2ª Seção Regional (SR) do Ibracon para a Gestão 2018/2020 tomou posse dia 22 de janeiro na sede da SR, em Recife (PE). Representando o Ibracon Nacional, o presidente Francisco Maldonado Sant'Anna desejou aos diretores uma gestão plena de êxito. "É imprescindível destacar a relevância da atuação das Seções Regionais para que o Instituto como um todo ocupe posição de vanguarda no desenvolvimento e valorização da atividade de auditoria independente", disse Sant'Anna em seu discurso. Na ocasião, o Ibracon Nacional homenageou o ex-presidente Marcelo Galvão Guerra, agora na função de diretor de Desenvolvimento Profissional. José Vital, o novo presidente da Regional, agradeceu a presença de todos e destacou que irá trabalhar arduamente para uma gestão positiva.

3ª Seção Regional

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Presidente da 3ª SR é eleito Conselheiro Suplente do CRCRJ

O presidente da 3ª Seção Regional, Paulo Buzzi Filho, foi empossado Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ) para o mandato do quadriênio 2018 a 2021.

Comissão de Educação Profissional Continuada do CRCRJ

Paulo Buzzi Filho, presidente da 3ª SR, representou a Seção Regional na primeira reunião de 2018 da Comissão de Educação Profissional Continuada do CRCRJ, realizada no dia 27 de fevereiro.

4ª Seção Regional

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás

O diretor de Desenvolvimento Profissional da Regional, Fábio Abre de Paula, participou da solenidade de posse da nova Diretoria eleita para o biênio 2018/2019 do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG). A solenidade foi prestigiada por lideranças contábeis e autoridades políticas, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

5ª Seção Regional

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Entidades congraçadas se reúnem em SP

Representantes das entidades congraçadas do Estado de São Paulo reuniram-se dia 22 de janeiro na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) para discutir ações integradas e temas referentes à profissão contábil.

A reunião foi coordenada por Paschoal Rizzi Naddeo, presidente da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (Apejesp), com a participação de Carlos Pires, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon; Marco Fabbri, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª SR; Rogério Garcia, diretor Técnico da Diretoria Nacional; Manoel de Oliveira Maia, presidente da Fecontesp; Antonio Eugenio Cecchinato, presidente do Sindcont-SP; Marcio Massao Shimomoto, presidente do Sescon-SP e da Aescon-SP; Domingos Orestes Chiomento, presidente da APC; Geraldo Carlos Lima, vice-presidente do Sindcont-SP; Reynaldo Pereira Lima Júnior, vice-presidente do Sescon-SP; e Irineu De Mula, vice-presidente da Apejesp.



Posse da nova Diretoria do CRCSP

A 5ª Seção Regional do Ibracon participou da cerimônia de posse da nova Diretoria do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP), eleita para o biênio 2018/2020. O presidente da 5ª SR, Carlos Pires, participou da solenidade representando as Entidades Congraçadas do Estado de São Paulo e destacou que todas continuarão a caminhar junto da nova gestão do CRCSP: "Tal sinergia é essencial para que possamos fazer frente à crescente demanda da sociedade por compliance, transparência e ética e aos desafios inerentes da própria atividade contábil e de auditoria independente no Brasil".

69º aniversário do Sescon e da Aescon

O presidente da 5ª SR, Carlos Pires, participou da comemoração do 69º aniversário do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Servicos Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP). A comemoração ocorreu no Clube Atlético Monte Líbano, em São Paulo.

Reunião com o CRCSP

O Ibracon e o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) realizaram reunião dia 18 de janeiro. O encontro marcou a apresentação formal de alguns dos dirigentes do Ibracon para a gestão 2018/2020 e da nova presidente do CRCSP para a gestão 2018/2019, Marcia Ruiz Alcazar.

Representando a 5ª Seção Regional do Ibracon, participou o presidente, Carlos Pires. O presidente reeleito do Conselho de Administração (CA), Eduardo Pocetti, o presidente da Diretoria Nacional, Francisco Sant'Anna, e o superintendente geral do Instituto, Marco Aurelio Fuchida também participaram.

Presidente do Sescon-SP e Aescon-SP visita Ibracon

Carlos Pires, presidente da 5ª SR, representou a Regional na recepção do Ibracon a Marcio Massao Shimomoto, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias e Informações no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP).

6ª Seção Regional

Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Posse da diretoria do CRCRS

O presidente da 6ª SR, Paulo Ricardo Alaniz, participou da cerimônia de posse da Diretoria do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS). Pela primeira vez, uma mulher, a contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues, vai presidir o Conselho.



oto: Arquivo CRCRS

Nova diretoria da 6ª SR

A nova Diretoria da 6ª Seção Regional do Ibracon para a Gestão 2018/2020 tomou posse no dia 24 de janeiro. O novo presidente da SR, Paulo Ricardo Alaniz, destacou o compromisso de atuar de forma sinérgica com os diretores: "Nosso objetivo é desenvolver encontros com os associados para discutir suas demandas no exercício profissional e principalmente as soluções e inovações que a atividade de auditoria requer para promover a aproximação e a adesão de novos associados", destacou. O ex-presidente da 6º SR, Marcelo Saweryn, que foi homenageado, agradeceu a todos pela parceria durante os seis anos em que esteve à frente da Regional e destacou que os objetivos alcançados foram fruto do trabalho em equipe e organizado. Representando o Ibracon Nacional, a diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), Monica Foerster; e o superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida, estiveram presentes na solenidade.

9ª Seção Regional

Bahia

A 9ª Seção Regional realizou no dia 2 de março a solenidade de posse da nova Diretoria para a Gestão 2018/2020. Representando o Ibracon Nacional, o diretor de Administração e Finanças, Francisco de Paula dos Reis Jr., esteve presente na cerimônia.

Durante a ocasião, o Ibracon Nacional homenageou o ex-presidente, Antomar de Oliveira Rios. A nova presidente, Shirley Nara, agradeceu a presença de todos e destacou que irá trabalhar arduamente para uma gestão positiva e de sucesso juntamente com sua diretoria.

Para informações detalhadas, acesse o Portal Ibracon: www.ibracon.com.br



Monitoring Group

Ibracon respondeu a uma consulta pública apresentada pelo Monitoring Group (grupo de instituições financeiras internacionais e órgãos reguladores comprometidos com o avanço do interesse público em áreas relacionadas à definição de normas internacionais de auditoria e qualidade da auditoria) sobre a proposta de alteração na forma como as normas de auditoria e de padrão ético aplicável aos auditores independentes serão emitidas e implementadas.

Ibracon emite Circular nº 1/2018

Ibracon emitiu a Circular nº 1/2018 sobre os novos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para o reconhecimento de Receita de Contrato com Clientes (NBC TG 47) e de Instrumentos Financeiros (NBC TG 48) e os impactos no contexto da auditoria independente. Os referidos pronunciamentos, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018, são baseados nas normas IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers e IFRS 9 – Financial Instruments, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

CVM divulga ofício para auditores

Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Ofício Circular nº 1/18, que orienta auditores independentes quanto à atuação no mercado de valores mobiliários e aplicação das normas na execução dos trabalhos.

O Ofício aborda informações periódicas, atualização cadastral, programa de revisão externa de qualidade, Programa de Educação Profissional Continuada e rotatividade de auditores, entre outros tópicos.

Ampliando os serviços das FAPMP

International Federation of Accountants (Ifac) divulgou uma nova publicação voltada às Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), com ênfase nos procedimentos previamente acordados.

A publicação descreve, entre outros, os procedimentos previamente acordados, quando eles são apropriados e identifica os principais benefícios ao cliente.

Elaboração de demonstrações contábeis

s Superintendências de Relações com Empresas (SEP) e de Normas Contábeis e de Auditoria (SNC) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgaram o Ofício Circular nº 1/18.

Segundo José Carlos Bezerra, superintendente da SNC, dentre outros pontos o ofício orienta diretores de relações com investidores e auditores independentes sobre pontos importantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2017.

Auditoria de Menor Complexidade

Ibracon divulgou a atualização do V e último módulo do Manual para Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade, documento voltado principalmente às Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP). O Manual, desenvolvido pelo Ibracon sob a coordenação do Grupo de Trabalho (GT) FAPMP, aborda as principais etapas e conceitos de auditoria.

Novo Relatório do Auditor

Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) divulgou atualização da orientação sobre o Novo Relatório do Auditor. A atualização contempla informações adicionais sobre o número de anos que o auditor presta serviços de auditoria consecutivamente à entidade.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.



mundo pede novas leituras.

As rápidas transformações do mundo geram novos e grandes desafios. É por isso que nós, da PwC, ajudamos nossos clientes a enfrentá-los para que permaneçam como líderes em seus setores, identificando as oportunidades no ambiente de negócios. Com uma visão integrada, compartilhamos tendências e traçamos caminhos em parceria. Assim, desenvolvemos e implementamos soluções mais criativas, eficientes e inovadoras, que vão da estratégia à execução. Acreditamos que a melhor forma para fazer com que nossos clientes sejam ainda mais bem-sucedidos é levar a eles novas leituras sobre os seus negócios.



Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.



PwC Brasil



PwCBrasil



PwC Brasil









Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S – Auditores Independentes – EPP Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046 Jd Auditores Independentes – Ltda Manaus, AM / Tel: (92) 3631-0118

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/C Salvador, BA / Tel: (71) 3113-4530

Ceará

Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/C Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700

Dominus Auditoria Consultoria e Treinamentos S/S

Fortaleza, CE / Tel: (85) 3224-6393

Distrito Federal

Ápice Contábil – Auditores Independentes S/S Ltda Brasília, DF / Tel: (61) 3346-0667

Audiger Auditores e Consultores Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C

Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494

Itecon Instituto Técnico de

Consultoria e Auditoria Brasília, DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Masters Auditores Independentes S/C Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

ADPM – Administração Pública Para Municípios Ltda Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 2102-3711

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800

Castro, Serra, Nirdo Auditores Independentes

Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3226-6286

Fernando Motta e Associados Auditoria Independente

Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores

Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098

CPN Auditores Independentes S/S Curitiba, PR / Tel: (41) 3222-0048

Muller & Prei Auditores Independentes S/S Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990

Pernambuco

ARC & Associados Auditores Independentes S/C

Recife, PE / Tel: (81) 3035-6500

Chronus Auditores Independentes Recife. PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251

Ferreira & Associados Auditores Independentes

Jaboatão dos Guararapes, PE

Tel: (81) 3453-5553

Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C Recife, PE / Tel: (81) 3465-0762

PHF Auditores Independentes Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565

Referencial Auditores e Consultores S/S Recife, PE / Tel: (81) 3421-9001

SA Leitão Auditores S/C

Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922

100Porcento Auditores Independentes S/S Recife, PE / Tel: (81) 3242-2406

Rio de Janeiro

Acal – Auditores Independentes S/S Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores Rio de janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800

Criterio Auditores e Consultores Associados S/C

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977

Crowe Horwath Bendoraytes e Cia Auditores Independentes

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3385-4662

FSA Network

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-6200

Indep Auditores Independentes S/C Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

Premiumbravo Auditores Independentes Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3410-3679

Walter Heuer Auditores Independentes Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP

Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3037-5034

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores

Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Aguiar Feres Auditores Independentes S/S Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3632-3100

Alonso Barreto e Cia Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Ápice Auditores Independentes Ltda. São Paulo, SP / Tel: (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados

Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores Empresariais Ltda

São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

As firmas estão listadas por Estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do Estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

Atac Auditores Independentes S/S Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditoria e Consultoria São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

Attest Auditores Independentes Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3237-3534

Audilink e Cia Auditores Ltda São Paulo, SP / Tel: (11) 3819-2207 Audioesp Auditoria e Consultoria S/S Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados

Santana de Parnaíba, SP / Tel: (11) 3661-9933

Auditora Brasileira S/S Limeira, SP / Tel: (19) 3701-4718 Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil Ltda.

Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500

BC Control Auditoria e Consultoria São Paulo, SP / Tel: (11) 3828-0911

BDO RCS

São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores

São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999

Caaud Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718

Confiance Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrin e Associados Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Horwath Macro Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte

São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000

São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000

Evolução Auditores Independentes S/S Campinas, SP / Tel: (19) 3324-6696

Exame Auditores Independentes

Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores

São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398

Factual Auditores Independentes Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569

Galloro e Associados Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-0555

Geasc – Auditoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda.

São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100

Hirashima & Associados **Auditores Independentes**

São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-0007

Igaf - Rodyo's Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5081-5458 Irmãos Campos e Cerbocini

Auditores Associados

São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228 JDM Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG

São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500

KSI Brasil Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda. Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377 MAP Auditores Independentes EPP São Paulo, SP / Tel: (11) 3288-9191

Mazars Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Lima Luchesi **Auditores Independentes** São Paulo, SP / Tel: (11) 5561-2230

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900

Narazzagui HF & Cia - Auditores São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156

Opinion Auditores e Consultores S/C São Paulo, SP / Tel: (11) 3256-4864

Padiani Auditores Independentes S/S Boituva, SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S

São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores e Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975

PP&C Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC

São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000

Rengi Trevor Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 2129-8980

RM Auditoria Contabil - S/S Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11)5094-6060 **RSM Brasil CCA Continuity**

Auditores Independentes S/S São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293

Sacho Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040

Taticca Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000

Tríade Auditores e Consultores São Paulo, SP / Tel: (11) 3079-3022

Units Auditores e Consultores S/C São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-3793

Unity Auditores Independentes São Paulo, SP / Tel: (11) 2869-8358

Upwards Auditores Independentes S/S EPP

São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588

W.R.M Auditoria e Consultoria S/S Ltda Bauru, SP / Tel: (14) 9.9148-7076

Base: março/18



A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9° and. CEP 01323-001 Bela Vista, São Paulo, SP Tel/Fax: (11) 3372-1223 www.ibracon.com.br revistatransparencia@ibracon.com.br



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário

Charles Krieck

Membros

Alexandre De Labetta Filho
Altair Tadeu Rossato
Carlos Augusto Pires
Eduardo Camillo Pachikoski
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Luiz Sergio Vieira Filho

Marco Aurelio de Castro e Melo Paolo Giuseppe Lima de Araújo Paulo Buzzi Filho

Paulo Ricardo Pinto Alaniz Paulo Cézar Santana Raul Correa da Silva

Rogério Costa Rokembach Shirley Nara Santos Silva

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Diretor Técnico

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração e Finanças Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional Tadeu Cendón Ferreira

Diretor de Comunicação Clinton Leandro Fernandes

Diretora de FAPMP Monica Foerster

Superintendente Marco Aurelio Fuchida

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho
Alfried Plöger
Clinton Leandro Fernandes
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Henrique José Fernandes Luz
Marco Aurelio Fuchida
Renato Souza
Welington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos
Auditores Independentes
do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170,
9° andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28 60450-675, Fortaleza, CE Fone/fax: (85) 3065-1099, (85) 98833-4414 ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405 51111-030, Recife, PE Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311 ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504 20051-040, Rio de Janeiro, RJ Fone/Fax: (21) 2233-5833, (21) 2233-5917, (21) 2233-5357 ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105 30170-081, Belo Horizonte, MG Fone: (31) 3275-3070 ibraconguarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170, 9° andar 01323-001, São Paulo, SP Fone: (11) 3372-1223 ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua dos Andradas, 718, cj. 402 90020-004, Porto Alegre, RS Fone: (51) 3228-3140 ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methódio Coelho, 91 Ed. Prado Empresarial, sl. 607 40279-120, Salvador, BA Fone: (71) 3353-2126 ibraconnona@ibracon.com.br



Av. Paulista, 509, cj. 602 01311-000 São Paulo SP Tel: (11) 3266-6088 contato@libris.com.br www.libris.com.br

Jornalista Responsável:

Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe:

Geralda Privatti

Redação:

Cláudio Camargo Silvia Lakatos

Projeto gráfico e Edição de arte:

Cesar Mangiacavalli

Impressão:

Nywgraf



das decisões tributárias?

Decisões certas podem valer a sobrevivência do seu negócio. A KPMG possui conhecimento e experiências que ajudam a antecipar e a responder às mudanças na legislação tributária, proporcionando uma governança adequada aos negócios. Saiba mais em www.kpmg.com.br

Anticipate tomorrow. Deliver today.



© 2018 KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

NÃO BASTA TER EXPERIÊNCIA,

TEM QUE TER A PÓS

NORMAS BRASILEIRAS DE • CONTABILIDADE E IFRS

A adesão às IFRS valorizou o contador brasileiro. Atualização de práticas e normas devem estar no dia a dia de todos os profissionais.

PERÍCIA CONTÁBIL • Perícia judicial também é assunto de contabilista. Entenda como as Ciências Contábeis fazem a diferença nos tribunais.

ESCRITA FISCAL •

Pós-graduação em 6 meses

Domine a operação tributária das empresas, operando de forma estratégica para reduzir riscos e potencializar os lucros.

NÃO BASTA TER TALENTO, **TEM QUE TER O MBA**

E CONTROLADORIA

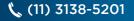
GESTÃO FINANCEIRA • Quando o controller está envolvido, estratégias de marketing, compliance e gestão de pessoas também são assunto financeiro.

E COMPLIANCE

GESTÃO DE RISCOS • Crises, fraudes, riscos e perdas: sua empresa não precisa mais passar por isso. É hora do compliance resolver o problema.

GESTÃO TRIBUTÁRIA • Entenda como o gerenciamento estratégico de tributos pode minorar riscos e até trazer lucros e benefícios para as empresas.

UNIDADES: SÃO PAULO • RIBEIRÃO BONITO • RIO DE JANEIRO







(11) 3138-5201 (C) (11) 9-6456-0105 🔀 sejaexcelente@trevisan.edu.br

